UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS ARAPIRACA

UNIDADE EDUCACIONAL PALMEIRA DOS INDIOS

CURSO DE PSICOLOGIA

IASMYN RODRIGUES DE SOUZA

REVISÃO SISTEMÁTICA DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA EM CONTEXTOS RURAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Palmeira dos Índios
2022

IASMYN RODRIGUES DE SOUZA

REVISÃO SISTEMÁTICA DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA EM CONTEXTOS RURAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), *campus* Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Ludesr Fernandes

Palmeira dos Índios
2022

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Biblioteca Setorial Palmeira dos Índios - BSPI

S729r Souza, Iasmyn Rodrigues de

Revisão sistemática da atuação dos profissionais da psicologia em contextos rurais na assistência social/ Iasmyn Rodrigues de Souza. – Palmeira dos Índios, 2022.

65 f.

Orientadora: Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios, 2022.

Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus* Arapiraca).

Referências: f. 60 - 65.

1. Psicologia. 2. Políticas públicas. 3. Psicologia comunitária. 4. Psicologia social. I. Fernandes, Saulo Luders. II. Título.

CDU 159.9

Bibliotecária responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza
CRB - 4 / 1844

IASMYN RODRIGUES DE SOUZA

REVISÃO SISTEMÁTICA DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA EM CONTEXTOS RURAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

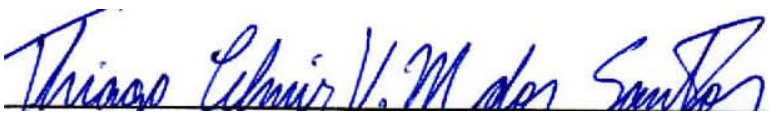
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, e aprovado em 03 de maio de 2022.

gov.br
Documento assinado digitalmente
SAULO LUDERS FERNANDES
Data: 21/07/2022 18:23:24-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Orientador: Prof. Dr. Saulo Ludesr Fernandes

gov.br
Documento assinado digitalmente
LIDIANE DOS SANTOS BARBOSA
Data: 22/07/2022 15:27:38-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

1º Examinador: Prof°. Ma. Lidiane dos Santos Barbosa



2º Examinador: Esp. Thiago Celmir Viera Marques dos Santos

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo a Deus, pelas muitas oportunidades e por todo amor, carinho e cuidado que recebo diariamente. A Ele agradeço ainda pela família maravilhosa que me deu, composta de mulheres fortes e empoderadas que me mostraram desde o início o sentido e a importância do feminismo e da independência feminina – em especial a Josefa Vania, Delma Barros, Cinthia Kartielle. Agradeço também ao meu padrinho, por todo o incentivo e cuidado.

Agradecimento especial à minha mãe, Ivaneide de Souza, por ter me ensinado tanto e mostrado tantas coisas. Palavra alguma será capaz de agradecer e explicar o tamanho do meu amor e da minha admiração por essa mulher forte, generosa e cuidadosa. Obrigada, mainha!

Agradeço tanto às minhas irmãs, Isabele Rodrigues e Isadora Rodrigues, que são, com toda certeza, as pessoas que mais amo nesse mundo e as grandes responsáveis pela minha compreensão de que, mesmo nas diferenças, é possível cultivar amor e cuidado.

Seguindo essa linha de irmandades, não poderia deixar de agradecer às mulheres que conheci durante o trajeto na UFAL e que foram e são a minha sorte: Laura Maria, Gizelly Marta, Roseane Ferreira e Mayra Nunes. Jamais esquecerei do carinho e acolhimento no meu primeiro contato com minha grande dupla, Gizelly, da mesma forma que será impossível esquecer o abraço da minha amiga Laura, enquanto estava literalmente no chão dos corredores da UFAL – não esquecerei também da força que a Mayra nos mostrava diariamente. Serei sempre grata também a assistente social do grupo, Roseane, por todo amor e bondade que dela transbordam. Todas vocês foram luz na minha vida e são responsáveis por uma parte da minha evolução.

Agradeço também ao meu professor e orientador Saulo, pelo cuidado de sempre e pela oportunidade de aprender tanto.

RESUMO

Este trabalho busca elaborar uma análise sistemática sobre as publicações acerca da temática das ruralidades e a psicologia. Foram selecionados 9 artigos publicados entre 2016 e 2021 nas plataformas de Scielo e Pepsic, através de buscadores de data de publicação e através das palavras-chaves: psicologia, ruralidade e psicologia rural. Foram feitas a seleção e a leitura na integra dos artigos, em seguida foram elaboradas categorias para facilitar o entendimento de como a psicologia se aproxima do rural. O trabalho busca dispor um panorama de como a psicologia chega no contexto rural; percebe-se que a psicologia e os psicólogos são apresentados inicialmente ao meio rural por meio das políticas públicas de assistência social. Serviços públicos, como os do Centros de Referencias Especializados de Assistência Social (CREAS), foram a porta de entrada desses profissionais. Durante a análise dos artigos foram observadas 3 categorias, a saber: metodologias dos trabalhos, ano de publicação, temáticas encontradas nos estudos. Para ter um maior alinhamento com as demandas do campo, recomenda-se ao(à) profissional que irá trabalhar em políticas públicas que atendam comunidades rurais – como as políticas de saúde, de educação do campo, de assistência social e de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – que participe dos espaços de controle social destas.

Palavras-chave: ruralidades; psicologia; assistência.

ABSTRACT

This work seeks to elaborate a systematic analysis of publications on the theme of ruralities and psychology. Nine articles published between 2016 and 2021 were selected on Scielo and Pepsic platforms, through publication date search engines and through the keywords: psychology, rurality and rural psychology. The articles were selected and read in full, then categories were elaborated to facilitate the understanding of how psychology approaches the rural. The work seeks to provide an overview of how psychology arrives in the rural context; it is clear that psychology and psychologists are initially introduced to rural areas through public social assistance policies. Public services, such as the Specialized Reference Centers for Social Assistance (CREAS), were the gateway for these professionals. During the analysis of the articles, 3 categories were observed, namely: work methodologies, year of publication, themes found in the studies. In order to have a greater alignment with the demands of the field, it is recommended that the professional who will work on public policies that serve rural communities - such as health policies, rural education, social assistance and Technical Assistance and Extension Rural (ATER) – that participates in the spaces of social control of these

Keywords: ruralities; psychology; assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAF	Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças
CBCISS	Centro Brasileiro de Colaboração e Intercâmbios em Serviço Social
COVID-19	*Coronavirus Disease 2019*
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
I CNEC	Primeira Conferência Nacional de Educação do Campo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	8
2	**PSICOLOGIA E RURALIDADE**	10
2.1	Breves considerações sobre a trajetória da reflexão brasileira sobre rural	10
2.2	Formação acadêmica do profissional da psicologia e a importância do debate sobre ruralidade na universidade	16
2.3	Ruralidade como espaço de produção de subjetividade	19
3	**PERCURSO HISTÓRICO DA ENTRADA DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA**	23
3.1	História do Serviço Social na saúde do Brasil e a entrada do psicólogo nessas políticas públicas	23
3.2	Psicologia na assistência social	26
3.3	História do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) no Brasil, práticas e desafio da atuação da psicologia na assistência social	29
3.4	CREAS: história, função e desafios	30
4	**ANÁLISE SISTEMÁTICA DAS PRODUÇÕES SOBRE A PSICOLOGIA E O RURAL**	44
4.1	Metodologia	45
4.2	Análise dos dados encontrados na sistematização dos artigos	49
4.2.1	*Período das publicações*	49
4.2.2	*Gênero*	51
4.2.3	*Fatores econômicos*	52
4.2.4	*Formação em Psicologia*	53
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	60
	REFERÊNCIAS	61

1 **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho foi elaborado a partir de análise documental e literária de produções pré-existentes, nomeado com o tema “Revisão sistemática da atuação dos profissionais da psicologia em contextos rurais na assistência social.”

Ao longo deste trabalho foram utilizados autores de referência na temática da psicologia na atuação no serviço social, como por exemplo: Jáder Ferreira Leite e Magda Dimenstein, organizadores do livro *Psicologia e Contextos Rurais*; Rafael Bianchi Silva e Patrícia Cristiane Nogueira Cezar, escritores do texto “atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte”; e João Paulo Macedo, autor de artigos como “O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?”.

Possui como principal objetivo analisar, através de uma análise sistemática, as produções pré-existentes sobre a atuação do psicólogo no contexto rural, assim como o impacto e a relevância dessas produções para a psicologia – a exemplo da formação acadêmica dos profissionais –, além de viabilizar o debate das questões que cercam a atuação profissional do psicólogo e do papel da psicologia como ferramenta social.

Debater e discutir a atuação profissional dos psicólogos que estão atuando na assistência social em área rural utilizando a análise sistemática de artigos publicados em plataformas de busca, tem como objetivo rever as produções cientificas sobre o tema proposto por este trabalho, além de objetar também os temas encontrados e nessas produções, o que auxilia na compreensão do que o meio academio tem visto como relevante sobre a atuação dos profissionais da psicologia que atuam na área rural e na assistência social do Brasil, com ênfase no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A metodologia utilizada no processo de produção deste trabalho foi a análise sistemática dos artigos selecionado em plataformas de produções científicas Pepsi e SciElo. Para a seleção dos artigos foram utilizados os seguintes filtros: 1) tema: atuação da psicologia em contextos rurais; 2) período: 2015- 2021, artigos em revista, 3) revistas: psicologia, palavras-chave: psicologia contexto rural e psicologia ruralidades. Assim foram selecionadas 9 produções, que foram analisadas dentro dos requisitos (título, autores/as, ano, revista, tema, metodologia, base teórica) e posteriormente sintetizadas.

O primeiro capítulo será uma breve introdução do que poderá ser encontrado ao longo de todo o trabalho. Dando sequência teremos, o segundo capítulo, intitulado

“psicologia e ruralidade”, onde será possível encontrar as formas como o psicólogo entrou nesse espaço de atuação, as diferenças da atuação profissional no ambiente rural e a formação profissional do psicólogo.

No terceiro capítulo, com o título “Percurso histórico da entrada da psicologia nas políticas de assistência social”, é descrito como se iniciou a inserção do **psicólogo** na assistência social no Brasil e como é sua atuação nesse espaço. No quarto capítulo, onde fica a exposição dos dados e informações encontrados durante a análise sistemática dos artigos selecionados, encontra-se uma análise das temáticas encontradas.

Por fim, na conclusão será feito um apanhado geral dos debates presentes nos momentos anteriores, bem como recuperadas as principais temáticas encontradas nas produções existentes sobre a psicologia e a ruralidade na área rural e como essas produções são necessárias e pertinentes para uma atuação crítica.

É necessário trazer a discussão de um fazer psicológico fora da lógica clínica e mostrar as potencialidades da atuação na assistência social, bem como buscar elemento fundantes para a prática ética da profissão de psicólogo dentro de municípios de pequeno porte, no contexto cultura rural, e mostrar a amplitude do fazer da psicologia.

2 **PSICOLOGIA E RURALIDADE**

2.1 Breves considerações sobre a trajetória da reflexão brasileira sobre rural

Na sociedade brasileira, é possível observar um avanço na produção sobre o contexto rural na psicologia. Áreas do conhecimento como agronomia, geografia, economia e sociologia são, segundo João Paulo Sales Macedo (2015), áreas que debatem a temática do rural, sendo de extrema importância para a compreensão do mesmo, trazendo para a comunidade cientifica debates sobre os modos de vida, identidades, relações políticas e atividade produtivas.

Diante do que vem sendo apresentado, torna-se de profunda necessidade que se situe a atual compreensão epidemiológica do que é o rural no Brasil. Alguns autores como João Paulo Sales Macedo, Magda Dimenstein e Cândida Dantas, dentre outros, têm tornado a temática mais evidente. A ruralidade vem sendo pensada como categoria de análise diante de diversas temáticas, como nas relações econômicas, geográficas, sociológicas, psicológicas e industriais, e espaço para a produção de subjetividade.

Ao longo da constituição do rural, que entendemos como ruralidades, sempre houve uma relação dicotômica entre este e o urbano. Durante o processo histórico, o rural foi concebido como um local atrasado, de pobreza extrema e associado apenas ao um local físico, sendo muitas vezes desconsiderado como um espaço de subjetivação (MORAES; VILELA, 2013).

Parte dessa lógica dualista de modos de subsistência o que se construiu e se entende por rural. Durante um longo período da história brasileira, o rural sempre esteve associado ao ambiente agrícola, atrasado tecnologicamente e com lógicas sociais ultrapassadas, enquanto ao urbano a associação sempre foi com o industrial, tecnológico, culturalmente e socialmente evoluídos. “Por meio dessa dimensão relacional entre rural e urbano, situa-se a produção discursiva contemporânea no Brasil sobre ruralidades, tendo como marca a inflexão frente aos esquemas dualistas” (MACEDO; SILVA, 2017, p. 18-25).

A primeira definição sobre o rural e a ruralidade utilizada foi a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual o rural era percebido apenas como espaço de moradia, acreditando que o que não estivesse no perímetro urbano seria rural. A psicologia comunitária, por volta de 1960 e 1970, inicia sua entrada

nesse espaço, porém o debate de uma nova perspectiva para o rural se inicia apenas nos anos 2000, buscando romper com a lógica dualista até então vigente. Nessa nova lógica, o rural passa a ser espaço de produção de subjetividade e não apenas um espaço físico.

Cabe ressaltar que essas alterações e as novas perspectivas com relação ao meio rural se instalaram sob embasamento de novas políticas públicas de assistência a agricultura familiar, aproximando o rural do científico, de forma geral.

Ao longo da construção do rural e de sua conceitualização fica evidente a necessidade latente de perceber as diversidades presentes no contexto rural do que em classificar e pré-determinar esse contexto. As ruralidades são únicas e possuem características próprias, a depender de cada espaço e cultura, sendo impossível a rotulação ou compreensão dela como espaço meramente geográfico.

> A preocupação maior na questão da ruralidade não deve estar nas definições generalistas sobre o que é rural, mas sobre os sentidos que são atribuídos ao rural pelos seus integrantes. Assim, avançasse no entendimento de que o rural é um modelo a ser superado (visão reforçada pela noção neoliberal de 'progresso'), compreendendo esse espaço como um sistema sociocultural que deve ser analisado na contemporaneidade. Logo, é importante que essa associação entre rural e esvaziamento (SILVA; MACEDO, 2017 p. 11-25).

Quanto ao rural, ficam evidentes as necessárias análises que o compreendam sempre como espaço múltiplo e singular, bem como o fato de que sua construção se dá por meio de interações sociais e essas, por sua vez, são únicas e não replicáveis.

A primeira definição de rural para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2000) caracteriza essa população tendo como base apenas a questão do espaço de morada, sendo rural o que está fora do perímetro urbano. Esta classificação surge a partir da Lei n. 311, de 02/03/1938, que, levando em consideração as constantes mudanças socioeconômicas que alteram as dinâmicas dos espaços municipais, encontra-se desatualizado e insuficiente IBGE (2017).

Outra forma de classificação popular no que diz respeito a rural e urbano é o contingente populacional e/ou demográfico, onde o rural é caracterizado por baixa densidade demográfica e dispersão populacional. Abramovay (2000) relata que essa perspectiva de rural demográfico gera uma visão fatalista do meio rural, como algo que tende a se esvaziar e declinar, onde o urbano ganha cada vez mais espaço e o rural é visto como algo distante.

Essas formas de pensar sobre o rural só começaram a mudar no final da década de 1990, com o reconhecimento dos agricultores familiares como atores sociais importantes no meio rural. Esse processo foi impulsionado a partir do fomento e execução de políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva dessa parcela da população, como o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e o Garantia Safra. Essas ações auxiliaram a romper com a visão patrimonialista do campo. Outro movimento que tem refletido sobre as particularidades da vida no campo é o crescimento dos movimentos de reforma agrária e dos assentamentos (WANDERLEY, 2000).

Nesse contexto, surgem os primeiros estudos sobre ruralidades, oriundos de diversos fatores, como: a preocupação de pesquisadores sobre a tendência de urbanização dos espaços rurais; o entendimento das mudanças estruturais nos modos de produção agrícola; o reconhecimento da agricultura familiar como função produtiva, para além da perspectiva de subsistência; e o surgimento de políticas públicas para essa parcela da população antes invisibilizada perante o Estado.

As concepções atuais de ruralidade não se limitam ao debate sobre o que é urbano e o que é rural. Assim, devem englobar os processos sociais, econômicos e culturais das comunidades rurais integrados à sociedade contemporânea, questionando a percepção de rural como algo arcaico e rudimentar. (SCHNEIDER; BLUME, 2004). Para compreender as especificidades do rural, Wanderley (2000) afirma que é preciso levar em consideração três constatações.

Primeiro, há o problema da concentração de terras e da falta de ações de reforma agrária, o que faz com que o espaço rural seja lido apenas pelo viés produtivo. Portanto, pode-se fragilizar a formação de laços dos pequenos produtores rurais com o seu lugar de vida, impulsionando, além dos problemas econômicos, o êxodo rural. Em segundo lugar, observa-se a definição equivocada de rural como algo disperso, homogêneo, periférico, precário, algo que foi reforçado inclusive pela definição de rural pelo IBGE.

Por fim, deve-se ter o entendimento atual de que o espaço rural é um contexto diverso, composto por especificidades a nível cultural, relacional e social. A ruralidade deve ser entendia como um conceito de “natureza territorial e não setorial” (ABRAMOVAY, 2000, p.12), onde a percepção desse espaço não deve estar centrada em apenas uma dimensão (econômica, social ou espacial).

A multissetorialidade do meio rural deve ser considerada nesse contexto, atentando-se às dinâmicas de vida de cada comunidade rural. Igualmente, tem-se que considerar que estes modos de vida estão atravessados por processos de precariedade e vulnerabilidade social e entender que, mesmo em contextos adversos, essas populações possuem em seu cerne cultural a capacidade de resistir a esses fatores (SCHNEIDER; BLUME, 2004).

A preocupação maior na questão da ruralidade não deve estar nas definições generalistas sobre o que é rural, mas sobre os sentidos que são atribuídos ao rural pelos seus integrantes. Assim, avança se no entendimento de que o rural é um modelo a ser superado (visão reforçada pela noção neoliberal de 'progresso'), compreendendo esse espaço como um sistema sociocultural que deve ser analisado na contemporaneidade. Logo, é importante que essa associação entre rural e esvaziamento sociodemográfico seja dissipada, pois é preciso ter um olhar para além dos números expressões em produções censitárias, um olhar para as dinâmicas de cada localidade (ABRAMOVAY, 2000).

Para Wanderley (2000), ao entender o meio rural como constitutivo de relações sociais singulares, é preciso que, ao estudar esse meio, o pesquisador(a) esteja atento às especificidades da dinâmica social interna das comunidades, compreendendo a população rural como uma rede interacional dinâmica e diversa. Ela é diretamente influenciada pelas especificidades do meio onde está imersa.

O debate sobre o conceito de ruralidade tem iluminado os caminhos sob uma perspectiva multidimensional dos espaços rurais e de suas populações. Esse debate tem repercutido inclusive nos órgãos governamentais como o IBGE, que resultou em 2017 na publicação "Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação", onde está passa a ampliar a perspectiva de rural, ao visualizar as manifestações sociais e culturais que caracterizam de maneira diferente esses espaços. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

Outra área que está começando a se aproximar dos estudos sobre ruralidade e suas peculiaridades é a Psicologia, partindo do entendimento de que os modos de subjetivação de camponeses(as) são marginalizados frente à égide do progresso e da modernidade capitalista. Essas formas singulares de subjetivação rural são geralmente reconhecidas como atrasados e passíveis de adequação ao que é reproduzido nos grandes centros urbanos. Para os(as) pesquisadores(as) da área, tal perspectiva deve ser desconsiderada, pois as vivências e identidades dos povos do

campo devem ser consideradas como formas plurais de existências, a partir da forma como cada uma dessas populações lida com o seu território, com suas práticas produtivas e com sua comunidade (FERNANDES *et al.*, 2015). A necessidade de se articular os saberes Psi com o meio rural será detalhada no tópico a seguir.

A Psicologia como ciência e profissão na América Latina é eminentemente urbana, tendo suas práticas balizadas nos grandes centros urbanos, como é perceptível o privilégio das grandes cidades na oferta dos serviços voltados para a prática psicológica (LANDINI, 2015; QUINTANAR, 2009). No caso brasileiro, essa dimensão espacial tem uma peculiaridade: o surgimento da profissão no país ocorre em um contexto histórico onde o processo de urbanização e os investimentos em obras de infraestrutura nas grandes cidades estavam em alta, o que ganhou força no governo JK e se consolidou no período de ditadura militar (LEITE *et al.,* 2013).

Nos inícios dos anos 2000, a profissão passa a ter um objetivo de interiorização das práticas psicológicas, impulsionada pelo surgimento das políticas públicas de saúde e da assistência social e pelo processo de interiorização dos centros universitários, que passaram a ocupar cidades de médio e pequeno porte, com características rurais. Porém a maior motivação desse movimento tem razões mercadológicas, como o aumento das vagas de emprego para psicólogos.

Visto tal quadro, vê-se a necessidade de se pensar em como realizar práticas contextualizadas em cidades interioranas e na zona rural, sem se guiar por razões eminentemente de mercado. Portanto, há uma aproximação dos ideais do compromisso social da profissão no trato de populações em situação de vulnerabilidade social, emergindo os estudos sobre psicologia em contextos rurais (LEITE *et al.,* 2013). Na América Latina, quando se fala na abordagem do meio rural na Psicologia, há nomenclaturas: Psicologia Rural (LANDINI, 2015); Psicologia em Ambientes Rurais (QUINTANAR, 2009) e Psicologia em Contextos Rurais (LEITE; DIMENSTEIN, 2013).

Ambas as abordagens afirmam que perspectiva de ser humano e de intervenção da Psicologia é baseada no sujeito urbano, logo o profissional da psicologia que irá trabalhar em contextos rurais deve levar em consideração as especificidades da vida no campo ao realizar suas ações (LANDINI, 2015; QUINTANAR, 2009; LEITE *et al.,* 2013). Para Landini (2015) a Psicologia Rural não deve ser pensada como uma área específica da ciência psicológica, mas como um campo que permita a compreensão de uma população historicamente invisibilizada

(população rural), a partir de suas especificidades. Esta compreensão deve estar também nas intervenções psicossociais com os povos do campo.

Os modos de moradia e convivência com o meio são importantes para compreender os processos de subjetivação no campo. Ao adentrar a perspectiva rural, os(as) psicólogos(as) se deparam com uma nova realidade de vida, que possui uma dinâmica própria composta por uma diversidade de práticas e saberes que são específicos de cada região e cultura onde estes sujeitos estão inseridos. Por isso que, ao intervir nesses espaços, o(a) psicólogo(a) precisa estudar o rural a partir de suas especificidades, compreendendo este meio como multifacetado e imerso em diversidade cultural, regional e social, sob a perspectiva teórica de ruralidades. (LANDINI, 2015; LEITE *et al.,* 2015).

A compreensão do contexto histórico de lutas das populações rurais, no caso brasileiro, também deve ser levada em consideração na atuação do profissional da psicologia em contextos rurais. Historicamente, a população rural é estigmatizada, pela relação que ainda é feita sobre o meio rural como um espaço relacionado a uma atmosfera bucólica e de atraso, visão essa balizada sob a perspectiva neoliberal de progresso.

Ao mesmo tempo em que avançam as ações de fomento à modernização do meio rural, agricultores(as) familiares, comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), ribeirinhos(as), pescadores(as), extrativistas e assentados(as) da reforma agrária compõem uma frente de resistência ao apagamento da cultura local, na luta por acesso à terra, à água e em defesa em uma lógica de produção e cultivo que respeite o ambiente e o saber local (LEITE *et al.*, 2013)

Para ter um maior alinhamento com as demandas do campo, recomenda-se ao(à) profissional que irá trabalhar em políticas públicas que atendam comunidades rurais, como as políticas de saúde, de educação do campo, de assistência social e de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que participe dos espaços de controle social dessas políticas. Também se recomenda que este(a) profissional mantenha um diálogo permanente com os movimentos sociais do campo, que conhecem de perto as pautas emergentes nas comunidades rurais locais (LEITE *et al.*, 2013)

É preciso que o(a) psicólogo(a) esteja consciente do contexto histórico de lutas e opressões passadas pela população do campo, principalmente no que se diz respeito ao acesso a bens naturais. Logo, ao atuar nesses contextos de vulnerabilidade, é preciso focar em uma postura ética e política que favoreça o

compromisso social da Psicologia, realizando práticas que fortaleçam a autonomia e a emancipação dos sujeitos, garantindo a esses as informações e o acesso necessário aos direitos e a cidadania. Essas premissas são princípios de atuação da Psicologia Comunitária baseada no paradigma da libertação.

Concebe-se que os sujeitos marginalizados necessitam ser os centros dos processos de transformação social a partir da recuperação da memória histórica, do fortalecimento das potencialidades e da mobilização coletiva para fins comuns (GOES, 2008). Assim, compreende-se que o trabalho com os povos do campo está entre os compromissos éticos do(a) psicólogo(a), mas que pode ser aperfeiçoado a partir das contribuições da Psicologia Comunitária No entanto, observa-se que as orientações do Conselho Federal de Psicologia são que o(a) profissional atue de forma generalista e sobre uma perspectiva interdisciplinar e dialógica, respeitando o saber local. (LEITE *et al.,* 2013).

É importante salientar que que essas orientações são a base da Psicologia Comunitária fundamentada no paradigma da libertação, mas ela assume de forma central a necessidade de desvelamento das matrizes de dominação e a atuação concreta e coletiva para transformação da realidade (BARROS; XIMENES, 2009).

2.2 Formação acadêmica do profissional da psicologia e a importância do debate sobre ruralidade na universidade

A psicologia sofre um processo de mudança extremamente benéfico no contexto brasileiro no ano de 1988. Neste ano é quando surge a nova constituição brasileira e junto com ela grandes avanços na criação de políticas sociais. A psicologia vivencia um novo momento no seu histórico de atuação no Brasil, acompanhando o desenvolvimento do país que passava por um processo de redemocratização e abertura democrática após um período de 1964-1985, em uma Ditadura Militar. A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possibilitou ao profissional da psicologia a abertura de novos postos de atuação (SILVA; MACEDO, 2015).

A psicologia vem aos poucos se estruturando a partir de 1980, com a abertura de novas áreas de atuação; essas aberturas são fortalecidas pelos movimentos sociais e a sociedade civil, que seguem em defesa do movimento sanitário, luta

antimanicomial, universalização da educação e outros movimentos e reformas (SILVA; MACEDO, 2015). Após longos 20 anos, o profissional de psicologia entra nas cidades de médio e pequeno porte, nos anos 2000, com o intermédio das políticas sociais e de espaços com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, em termos de proteção especializada, os CREAS. A entrada desses profissionais se deu graças à inserção da categoria em lutas dos movimentos sociais na busca de direitos sociais, se envolvendo em diversos debates desde os anos 1970. Após a mudança na forma de ver o conceito de saúde, que agora não era entendida apenas como uma ausência de doença, mas como conjunto de fatores envolvendo aspectos biológicos, subjetivos, sociais, econômicas, culturais e ambientais (MACEDO *et al*., 2011).

Este é um dos espaços onde os psicólogos têm contato com algo ainda muito recente, que é a atuação em realidades de contextos rurais. Essa vivência tem trazido a esses profissionais diversos desafios para a atuação. Atuação que, além de vivenciar realidade e cultura diferentes da sua, cobra do profissional uma prática crítica, não somente sobre sua metodologia e atuação em um contexto de extrema desigualdade social. É importante dizer que a área rural é um dos contextos mais precários do Brasil, com a pobreza extrema a desigualdade social e a opressão sendo características que fazem parte da realidade rural (SILVA; MACEDO, 2015).

A psicologia é historicamente pensada para habitantes da zona urbana e isso se dá pela interdependência entre o processo de modernização brasileiro e a expansão profissional, trazendo a urbanização como uma característica desse processo. Com isso, a psicologia é centralizada aos habitantes urbanos e ricos da sociedade brasileira, deixando uma grande parcela da população desassistida e impossibilitada de acessar políticas públicas e direito.

> Somos – ou estamos sendo – profissionais urbanos, metropolitanos. Por quê? Seriam os psicólogos desnecessários no interior? Seriam exclusivos dos habitantes das capitais os problemas que levam as pessoas e organizações ao gabinete dos psicólogos? (ROSAS *et al*., 1988 *apud* LEITE *et al*., 2013, p 815-830).

A psicologia no Brasil surgiu com o processo de industrialização, por volta de 1930, onde sua principal função era diagnosticar e avaliar sujeitos aptos e inaptos para a servir ao capital com sua força de trabalho e serem explorado da forma mais lucrativa possível para a indústrias. O próximo marco da ciência psicológica é a

prestação de serviços ao Estado, seguindo uma lógica neoliberal na qual é prioridade o corte de gasto com demandas sociais, em detrimento de determinar a garantia dessas demandas como responsabilidade estatal. Para que a psicologia não volte a servir de suporte para esse modelo econômico, são necessárias aos profissionais atenção e cautela na sua prática, bem como que ajam de forma ética sempre (LEITE *et al*., 2013).

> Bock (2003) afirma que, como ciência, a Psicologia preocupou-se em estabelecer um compromisso com a sociedade. No entanto, esse compromisso social foi firmado com as elites brasileiras, detentoras do capital e donas dos denominados meios de produção, o que levou à instrumentalização da Psicologia a favor das classes dominadoras, em uma perspectiva higienista, excludente, que visa a controlar e a categorizar as classes populares, tendo em vista o lucro e a ascensão da elite. Esse fato cristalizou a prática da Psicologia, que se destinou a poucos membros da população em geral (BOCK, 2003. p. 61).

Atualmente a psicologia segue sendo prestadora de serviços ofertados pelo Estado, porém com uma conduta totalmente diferente da adotada anteriormente. A psicologia vem avançando não apenas em novos postos de trabalho, mas com contribuição social e efetivação de políticas.

A psicologia avançou junto com todo o processo de reforma no campo da saúde no Brasil, como na reforma sanitária, por exemplo, alcançando um maior número de usuários. Ela passa a se ampliar e a possibilitar acesso a pessoas que anteriormente não eram alcançadas. Cabe ressaltar que mesmo com o avanço, a ida para os setores rurais é pouco, se comparada com a necessidade existentes nesses ambientes (LEITE *et al*., 2013).

É necessário esclarecer o como o profissional necessita conhecer onde será exercida sua prática, a fim de não desconsiderar modos de vida e cultura diferentes e que isso seja respeitado. O meio rural no Brasil é composto por uma gama de diversidades em seu modo de configuração, que se apresenta em um processo de mudança a depender de fatores sociais que possibilitam a criação de novas ruralidades (LEITE *et al*., 2013).

Uma emergente demanda a ser debatida, o “meio rural” é inegável. A possível explicação para a exploração dessa temática é embasada na visibilidade de movimentos sociais, a ocupação dos psicólogos nesses espaços e a interiorização

das universidades públicas, tornando-a extremamente importante dentro das discussões acadêmicas no Brasil.

2.3 Ruralidade como espaço de produção de subjetividade

A ruralidade deve ser entendia como um conceito de "[...] natureza territorial e não setorial" (ABRAMOVAY, 2000, p. 12), onde a percepção desse espaço não deve estar centrada em apenas uma dimensão (econômica, social ou espacial). A multissetorialidade do meio rural deve ser considerada nesse contexto, atentando-se às dinâmicas de vida de cada comunidade rural. Igualmente, deve-se considerar que tais modos de vida são atravessados por processos de precariedade e vulnerabilidade social e entender que, mesmo em contextos adversos, essas populações possuem em seu cerne cultural a capacidade de resistir a esses fatores (SCHNEIDER; BLUME, 2004).

A preocupação maior na questão da ruralidade não deve estar nas definições generalistas sobre o que é rural, mas sobre os sentidos que são atribuídos ao rural pelos seus integrantes. Assim, avança-se no entendimento de que o rural é um modelo a ser superado (visão reforçada pela noção neoliberal de 'progresso'), compreendendo esse espaço como um sistema sociocultural que deve ser analisado na contemporaneidade. Logo, é importante que essa associação entre rural e esvaziamento sociodemográfico seja dissipada, pois é preciso ter um olhar para além dos números expressos em produções censitárias, um olhar para as dinâmicas de cada localidade (ABRAMOVAY, 2000).

Para Wanderley (2000), ao entender o meio rural como constitutivo de relações sociais singulares, é preciso que, ao estudá-lo, o pesquisador(a) esteja atento às especificidades da dinâmica social interna das comunidades, compreendendo a população rural como uma rede interacional dinâmica e diversa. Ela é diretamente influenciada pelas especificidades do meio onde está imersa.

O debate sobre o conceito de ruralidade tem iluminado os caminhos sob uma perspectiva multidimensional dos espaços rurais e de suas populações. Esse debate tem repercutido inclusive nos órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resultando em 2017 na publicação "Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação", onde está passa a ampliar a perspectiva de rural ao visualizar as manifestações

sociais e culturais que caracterizam de maneira diferente esses espaços Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

Outra área que está começando a se aproximar dos estudos sobre ruralidade e suas peculiaridades é a psicologia, partindo do entendimento de que os modos de subjetivação de camponeses(as) são marginalizados frente à égide do progresso e da modernidade capitalista. Essas formas singulares de subjetivação rural são geralmente reconhecidas como atrasados e passíveis de adequação ao que é reproduzido nos grandes centros urbanos. Para os(as) pesquisadores(as) da área, tal perspectiva deve ser desconsiderada, pois as vivências e identidades dos povos do campo devem ser consideradas como formas plurais de existências, a partir da forma como cada uma dessas populações lida com o seu território, suas práticas produtivas e sua comunidade (FERNANDES *et al.*, 2015). A necessidade de se articular os saberes com o meio rural será detalhada no tópico seguinte.

A Psicologia como ciência e profissão na América Latina é eminentemente urbana, tendo suas práticas balizadas nos grandes centros urbanos, como é perceptível o privilégio das grandes cidades na oferta dos serviços voltados para a prática psicológica (LANDINI, 2015; QUINTANAR, 2009).

No caso brasileiro, essa dimensão espacial tem uma peculiaridade: o surgimento da profissão no país ocorre em um contexto histórico onde o processo de urbanização e os investimentos em obras de infraestrutura nas grandes cidades estavam em alta, o que ganhou força no governo de Juscelino Kubitschek (JK) e se consolidou no período de ditadura militar (LEITE *et al.*, 2013). No início dos anos 2000, a profissão passa a ter um objetivo de interiorização das práticas psicológicas, impulsionada pelo surgimento das políticas públicas de saúde e assistência social e pelo processo de interiorização dos centros universitários – que passaram a ocupar cidades de médio e pequeno porte, com características rurais. Porém, a maior motivação desse movimento tem razões mercadológicas, como o aumento das vagas de emprego para psicólogos. Visto tal quadro, vê-se a necessidade de pensar em como realizar práticas contextualizadas em cidades interioranas e na zona rural, sem se guiar por razões eminentemente mercadológicas.

Como é apontado por Bock (2009), historicamente o saber psicológico se constituiu como um saber elitista, que em seus primórdios tinha uma inserção insuficiente em contextos menos favorecidos. Somente com a consolidação da Psicologia Comunitária como campo do conhecimento é que foi visto um avanço na

aproximação entre os(as) profissionais e as classes subalternas. Segundo Lane (2015), a expressão Psicologia Comunitária surge atrelada à atuação dos(as) psicólogos(as) em comunidades em estado de vulnerabilidade social. Inicialmente, esses trabalhos desenvolvidos em comunidades não possuía um direcionamento libertador, pois eram pautados em práticas meramente assistencialistas.

A partir da década de 1970, a partir de trabalhos realizados com base na educação popular freiriana e da aproximação com os movimentos sociais sobre saúde mental, é vista uma condução diferenciada, objetivando desenvolver ações promotoras da conscientização acerca das dinâmicas de opressão que estavam as populações marginalizadas (GÓIS, 2008). Na década de 1980, a partir da realização do I e II Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, várias experiências em psicologia comunitária foram divulgadas.

Numa das reflexões do primeiro evento em 1981 referiu-se à atuação do(a) psicólogo(a) como facilitador(a) no processo de conscientização. Nesta primeira edição, foram mapeadas ações centradas na área da saúde mental e na educação popular. No encontro posterior em 1988, foi dada ênfase as técnicas de trabalho, como a utilização de dinâmicas de grupo, por exemplo. Foi visto um avanço na atuação dos(as) profissionais, que agora se vislumbravam como facilitadores(as) de grupos que se tornem conscientes e exerçam o autocontrole em situações de vida através de atividades cooperativas e organizadas.

Passou-se a ter ênfase no entendimento do contexto social, nas relações de poderes existentes nesse contexto e no resgate da subjetividade. E nesse contexto é feita uma menção especial aos trabalhos realizados na zona rural (LANE, 2015). No início dos anos 2000, com o surgimento das políticas públicas de saúde e assistência, o campo de atuação dos psicólogos em comunidades se alarga, e as concepções teórico-práticas desse campo do conhecimento psicológico se consolidam (FREITAS, 2015). Segundo Góis (2008), a Psicologia Comunitária possui foco no entendimento dos modos de vida na comunidade e dos seus potenciais de desenvolvimento, tanto pessoais como sociais.

O(a) psicólogo (A na comunidade trabalha fundamentalmente com linguagem e representações, com relações grupais e com os afetos próprios da subjetividade para exercer sua ação em nível de consciência, da atividade e da identidade dos indivíduos com o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário e fortalecimento da identidade pessoal e coletiva (SAWAIA, 2015; BOMFIM, 1999).

Partindo da concepção da Psicologia da Libertação de Martin-Baró, Ximenes, Nepomuceno e Cidade (2016) relatam que o horizonte libertador da Psicologia Comunitária se fundamenta na análise e crítica das raízes socio históricas que reforçam a dominação e a opressão, tendo como artifício para superação dessa condição o fortalecimento da comunidade para o fortalecimento daqueles(as) que nela vivem. Neste contexto, a atuação do(a) psicólogo(a) comunitário(a) é entendida como ‘fazer com’ os(as) moradores(as), a partir da relação de cooperação que remonta a uma ênfase comunitária/libertadora (XIMENES *et al.*, 2016).

3 **PERCURSO HISTÓRICO DA ENTRADA DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA**

3.1 História do Serviço Social na saúde do Brasil e a entrada do psicólogo nessas políticas públicas

O Serviço Social chega na américa latina de forma contestadora aos modelos pré-existente, fortemente influenciado pela lógica cristã. A Igreja Católica, durante logos anos, se utilizava de caridades e práticas assistencialistas como formas de atuar com os que chamavam de menos favorecidos (CASTRO,1989).

Apenas em 1925 chega ao Chile o curso superior de Serviço Social, o que marca um movimento de mudança e de práxis nos modelos de trabalho vigentes para o Serviço Social na América Latina até então. É inegável que o Serviço Social na América Latina é intensivamente influenciado pelas condutas itinerárias do modelo europeu, mas é explicito que o início de um ensino superior do Serviço Social é um marco do início de uma nova perspectiva da atuação profissional. O que se iniciou no Chile em 1925 se tornou tendência e, em 1936, surgiu no Brasil e, em 1937 no Peru, o que proporcionou uma metodologia mais sistemática de trabalho (CASTRO,1989).

Nos anos 1930, o Brasil passava por um momento transitório, no qual iniciava-se um modelo de intervenções governamentais com a formulação de políticas nacionais de saúde, desencadeando políticas sociais. Porém, apenas em 1960 se inicia a ênfase nas campanhas sanitárias, campanhas de interiorização para áreas rurais dessas novas políticas. Nesse período, entre 1945 e 1964, houve um aumento considerável com a assistência médico-hospitalar. O Serviço Social no Brasil vem ganhando consistência com a atuação nos serviços de saúde, podendo-se afirmar que ele alcança mais público com o crescimento do capitalismo no país por volta de 1945, influenciado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, com o novo conceito de saúde – incluindo aspectos biopsicossociais e explicando o crescimento da relevância profissão (BRAVO *et al*., 2012).

Houve uma repressão de ideologias progressistas durante toda a história da Ditadura Militar, o que não foi diferente para os profissionais do Serviço Social. Nesse período, os profissionais eram autorizados a ter condutas conservadoras. Após esse momento obscuro da história do Brasil, era o momento de repensar as práticas, na saúde, na assistência e nos demais setores. No período entre 1965 e 1975, a principal

fundamentação teórica do Serviço Social foi o Centro Brasileiro de Colaboração e Intercâmbios em Serviço Social (CBCISS), onde o objetivo foi debater a necessidade do Serviço Social como algo fundamental para o desenvolvimento, sem a intenção de alterar ou questionar a forma de atuação que continuou pelo viés assistencialista (BRAVO *et al*., 2012).

Em 1974 e 1979, o serviço vivenciou um período de grandes alterações e de grande crise econômica no Brasil devido à Ditadura Militar, que culminou nesse processo de crise. Com isso, iniciam-se ainda os debates acerca da saúde coletiva, que acabaram influenciando também o Serviço Social. O movimento sanitarista, que já estava em evidência, se consolidou e em 1986, durante a 8° Conferência Nacional de Saúde, se reuniram por volta de 4.500 pessoas para discutir e elaborar planos para a saúde pública do Brasil. As elaborações dessa conferência se tornaram referências. Em 1988 a Constituição Federal garante que a saúde e a assistência social se tornem direitos para todos e dever do Estado garantir esses serviços a toda a população brasileira (BRAVO *et al*., 2012).

> Sem dúvidas, o Serviço social está recebendo influências desta conjuntura (de crise do estado brasileiro, de falência da atenção à saúde e do movimento de ruptura com a política de saúde vigente e construção de uma reforma sanitária brasileira) processo interno de revisão, de negação do Serviço Social Tradicional (anterior a década de 1980), havendo, assim, uma intensa disputa pela nova direção a ser dada pela profissão (BRAVO *et al*., 2012).

Segundo Bravo (2012), na atuação do Serviço Social é possível perceber mudanças, em especial em um fazer com condutas mais críticas e na atuação em saúde. Apesar desses avanços, o Serviço Social chega na década de 1990 com pouca articulação com a reforma sanitária, de modo que ainda não ocupava um local reconhecido na máquina estatal. Apenas meados de 1990 inicia-se esse processo de inclusão profissional nos âmbitos públicos e privados, incorporando práticas que visavam a garantia aos cidadãos do direito à assistência (BRAVO *et al*., 2012).

Em 2002, devido a um movimento de negação das práticas políticas públicas realizadas nos períodos anteriores, a população elegeu como presidente Luís Inácio da Silva. Durante seu mandato, a saúde e a assistência social são de fato vistas como deveres do Estado e as políticas vigentes são enfim aplicadas. Cabe ressaltar ainda que, apesar desse movimento, de certa forma o serviço social ainda não recebe o espaço que merece (BRAVO *et al*., 2012).

A Psicologia é uma construção humana condicionada histórica e culturalmente e os psicólogos ocupam lugar central quando se pretende abordar esta questão do compromisso social. Os conhecimentos são produzidos por sujeitos concretos imbuídos de suas experiências, visão de mundo e interesses que se expressam em práticas diversificadas.

Quando Yamamoto (2007, p. 34) aponta que "[...] atuar com compromisso significa não somente superar o elitismo, mas dirigir a ação para rumos diferentes daqueles que têm consagrado a Psicologia [...]", é preciso retomar o projeto da profissão com crítica consistente de diferentes elementos presentes na formação e no exercício profissional nos diferentes setores sociais onde a profissão se faz presente. Para uma atuação comprometida socialmente, não basta somente deslocar práticas e modelos teóricos de outros contextos de atuação do psicólogo para espaços comunitários, ou mesmo, restringir a abrangência de sua atuação.

Concordamos que é insuficiente e ineficaz uma intervenção que não busque a contextualização das vivências dos diversos espaços sociais e das pessoas e comunidades que constituem o tecido social com o qual o profissional trabalha. Martin-Baró (1997) aponta que o psicólogo deve despojar-se de pressupostos teóricos adaptacionistas e que para isso é necessária a elaboração de novas visões conceituais, novos métodos de diagnóstico e de intervenção a construção de uma outra psicologia.

Em uma prática no campo da Assistência Social entendemos que é necessário um aguçamento do olhar crítico sobre as relações hegemônicas da sociedade, das políticas públicas existentes construídas nesse contexto e das condições concretas de vida da população atendida. Do mesmo modo, conforme aponta Yamamoto (2007), a atuação do psicólogo no setor público, por si só, não representa um indicador do compromisso social do profissional.

Muitas práticas intitulam-se de transformação social, sem, contudo, significar mudanças na realidade das pessoas e das comunidades. Determinadas formas de intervenção no setor público podem caminhar em direção oposta à transformação social e ao compromisso social. Muitas dessas práticas caminham no sentido oposto ao de transformação, embora no discurso intitulem-se como sendo práticas

Existem práticas inéditas com caráter de não transformação, assim como práticas transformadoras que não são necessariamente inéditas. Avaliar a prática e suas consequências no cotidiano de vida das populações atendidas tem disso um desafio para os profissionais deste campo.

A definição de práticas comprometidas com a transformação social exige um movimento crítico na análise e produção de conhecimento e de formulação de intervenções que englobem a complexidade que podemos observar no tema.

Concordamos com Yamamoto (2007) que, para um compromisso com a transformação social, faz-se necessário ampliar os limites da dimensão política da ação profissional do psicólogo. É essencial na prática comunitária a compreensão das repercussões das questões estruturais da sociedade no cotidiano das comunidades atendidas e de uma reflexão sobre a atuação do profissional de Psicologia nos contextos institucionais públicos.

Pereira (2007, p.72) reforça este aspecto ao afirmar que:

> Ressaltar a necessidade de pensarmos sobre a relação entre a Psicologia o domínio do público tem aqui uma aposta que afirmo ser da ordem da resistência, e apostar em uma contratendência hegemônica e fazer, então, esse movimento de resistência no sentido positivo, portanto, na compreensão política que se pode dar a essa noção, obriga a Psicologia a fazer um desvio. ... Fazer esse desvio da Psicologia é engajá-la em um movimento crítico.

3.2 Psicologia na assistência social

A Psicologia foi, durante muitos anos, uma ferramenta de afirmação de ideologias burguesas, sempre prestando serviços a uma sociedade extremamente capitalista e elitista, visto que no Brasil a principal forma de se pensar em uma atuação profissional era dentro da lógica clínica, desconsiderando o contexto social em que se inserisse o indivíduo. Com a inserção dessa classe no campo de assistência social, obriga-se uma alteração da forma de fazer e pensar a Psicologia (YAMAMOTO; PAIVA, 2010).

Segundo Bock (2003), existe três aspectos na ideologia da Psicologia que embasam a forma elitista da atuação profissional do psicólogo. A primeira delas é a naturalização do fenômeno psicológico, uma única forma de universalizar o fenômeno

psíquico, segundo o distanciamento da Psicologia com a realidade social; por último, a autora ressalta ainda que os profissionais na área identificam o indivíduo como responsável pelo próprio desenvolvimento, desconsiderando as relações sociais. Os fatores destacados pela autora nos explicam o motivo de muitas das práticas e intervenções não serem pautadas nas políticas públicas de assistência social.

Se linguagem é performática, falamos fazendo e fazemos falando; e sempre a partir de posições e lugares. No caso das ciências sociais, estes lugares são também ontológicos, pontos de partida fincados em, pelo menos, quatro pressupostos diferentes sobre a natureza do real. O primeiro corresponde ao “high modernism” já mencionado. Neste ponto de partida, política pública é um fato real e objetivo, um instrumento de governos democráticos e eficazes, onde a academia assume o papel de aplicar sua competência técnica a serviço da sociedade. A questão não é “o que é política pública”, mas como contribuir para ela.

Presume- se que governos são sérios, e que a palavra política pública é uma das partes centrais dessa seriedade. Para os psicólogos e psicólogas, a atuação nessa vertente passa ora pela implementação de suas diretrizes em termos profissionais (especialmente para aqueles nos serviços públicos), ora pela ação avocatória em relação a seu conteúdo. Nos países do norte, a ação avocatória dos psicólogos, enquanto categoria profissional, foi sempre difícil, pelo menos em suas principais associações (SPINK, 2013). No Brasil, como em outras partes da América Latina e no sul da Europa, a ideia de um papel avocatório profissional fundado nas organizações representativas e numa atuação militante como parte dos movimentos sociais, foi bem menos traumática. É difícil dizer se isso ocorreu por causa de uma história de conflitos constantes entre o “Estado” e a “sociedade civil”, ou pela maneira de fazer política em contextos nos quais o legislativo é fraco, ou ainda, como discutiremos no final deste texto, em decorrência do papel articulador alternativo da noção de um “sujeito com direitos”.

Provavelmente é um pouco de cada. Um segundo ponto de partida acompanha o reconhecimento no campo dos estudos da política pública de que a temática é mais complicada do que se havia inicialmente imaginado (DELEON, 2006). Permanece o pressuposto da sua centralidade para compreender o agir governamental, mas o foco se desloca do conteúdo para seus processos de elaboração e implementação. Se na primeira vertente das políticas públicas há uma dedicação a um real existente, nesta segunda vertente podemos falar de perspectivas: de cima para baixo e de baixo para

cima, de fora para dentro e de dentro para fora; de grupos que se fazem presentes e de grupos excluídos e ausentes, tornando-se vulneráveis.

A preocupação aqui não é somente com a execução da política pública, ou com seu conteúdo técnico, mas com a melhoria desta política como processo social e político. Encontramos a maioria das investigações e teorias sobre as políticas públicas, como processos decisórios e mecanismos de alocação social, presentes em arenas interorganizacionais complexas.

A teoria de fases, como o nome sugere, divide o processo de política pública em fases sucessivas - por exemplo, construção da agenda, formulação e legitimação, implantação e avaliação. Traz a vantagem de estimular reflexões sobre cada etapa – como acontece e o que é necessário para melhorar – mas tem a desvantagem de ensejar a ideia de um processo racional. A visão de Kingdon é menos racional. Ele sugeriu que é melhor pensar em diversos fluxos paralelos de problemas (dados, apontamentos e definições), soluções (ideias e propostas sobre ação), e a política de eleições e governos.

A conexão entre os três não obedece a nenhuma lógica a priori, a não ser nas “janelas de oportunidade”, quando atores empreendedores conseguem juntar os três fluxos: problemas, soluções e vontade política. Para Sabatier e Jenkins-Smith, é necessário olhar para além de um governo específico e focalizar as coalizões que se formam entre atores de instituições diferentes que compartilham as mesmas crenças em relação ao agir público, dentro de uma determinada área de política pública (por exemplo, energia, saúde, assistência social ou defesa).

São os confrontos entre diferentes coalizões avocatórias, muito mais do que os eventos de troca de governo, que determinam as mudanças de postura. Mesmo sendo originalmente localizados dentro da teoria de fases, os estudos sobre a implementação da política pública têm cada vez mais uma vida própria, em grande parte estimulada pelas falhas no processo de implementação (PRESSMAN; WILDAVSKY, 1973), ou pela autonomia que os diferentes atores gozam para “interpretar” a política à sua maneira. Entram aqui os estudos da atuação dos servidores no dia a dia, influenciados pelo trabalho de Lipsky (1980) sobre a burocracia de nível de rua, e o estudo de Maynard-Moody e Musheno (2000) a respeito do modo como os profissionais da linha de frente assumem o papel de “agente do cidadão” (citizen agent), agindo em resposta aos indivíduos e às circunstâncias específicas. Essa dimensão mais processual de diferentes perspectivas, grupos de

interesse, janelas de oportunidade, problemas de implementação está mais próxima à visão prevalente nas diferentes áreas profissionais da Psicologia, como também na Psicologia Social.

Psicologia é uma disciplina profissional na qual o contato com o outro é muitas vezes imediato. Psicólogos partem da ação social em direção aos processos sociais e não vice-versa. Entre psicólogos sociais brasileiros, a preocupação com política pública na ótica processual começa a se mostrar cada vez mais presente (YAMAMOTO, 2007; GONÇALVES, 2010), motivada, majoritariamente, por uma retomada da Psicologia Social sociológica (ALVAREZ *et al.,* 2007).

Conforme comentado, a noção de política pública, enquanto expressão central da seriedade de governos democráticos, assume seu papel articulador num período específico de nossa história ocidental recente, resultado de um processo de construção como qualquer outro. Expressa uma relação entre governo e sociedade e também com as comunidades acadêmicas em relação à validade técnico-científica das ações governamentais. Emerge em países específicos e, gradativamente, vai se espalhando, adquirindo cada vez mais centralidade.

3.3 História do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) no Brasil, práticas e desafio da atuação da psicologia na assistência social

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) surgiu no ano de 2006, tendo como objetivo notar e normatizar a prática dos profissionais da Psicologia no Brasil na área da assistência social. Para consolidar esse objetivo, o CREPOP coordena pesquisas em âmbito nacional Conselho Federal de Psicologia, (2006).

O CREPOP começa a se desenhar ainda em 1970, durante análises da prática do profissional da Psicologia, e sua atuação é reforçada durante os anos seguintes com a entrada do psicólogo na assistência social em 1980 – o que torna urgente alinhar as práticas desses profissionais nas políticas públicas. Foi apenas em 2004, durante o banco social de serviços, que a ideia passou a ganhar forma e durante o V Congresso Nacional de Psicologia é debatido e deliberado o projeto. No ano seguinte, o banco social de serviços apresenta relatório sobre o projeto. Em 2005, criação do centro foi aprovada na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças

(APAF). As atividades se iniciaram em 2006 e nesse ano a CREPOP foi apresentado oficialmente em todos os conselhos regionais existentes até então. Conselho Federal de Psicologia (2006).

O papel do CREPOP vai muito além de uma prática sistematizada, exerce um papel fundamental da profissão, o caráter ético. A qualificação do profissional se expressa de forma fundamental para que esse reproduza um fazer alinhado com a garantia de direito e proporcione a mudança de vidas. Uma característica que de extrema relevância do CREPOP é o caráter político que desempenha. Os mais diversos temas e políticas públicas já foram trabalhados durante o tempo de atuação, possibilitando a efetivação de práticas profissionais embasadas nas políticas públicas de assistência social do Brasil, com 12 documentos já publicados e diversas pesquisas em andamento.

As normas técnicas do CREPOP são produzidas de diversas formas e se utilizam de diversas metodologias para na sua elaboração, tais como a coleta de dados obtidos em pesquisas quantitativas, qualitativas e análise documental através de revisão bibliográfica.

3.4 CREAS: história, função e desafios

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um equipamento que surge a partir das demandas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como função a organização de serviços, programas e benefícios sociais em todo território nacional (BRASIL, 2011).

A assistência social no Brasil esteve, durante um longo período, vinculada ao assistencialismo e ao clientelismo, a mudança dessa forma atuação surgem a partir de 2004, com a criação do SUAS. Apresentando um modelo descentralizado, cujo princípios englobam a matricial idade familiar, a territorialização, a proteção proativa, a integração à seguridade social e às políticas sociais e econômicas, o SUAS se divide em níveis de complexidade referentes à Proteção Social Especial (BRASIL, 2011). O CREAS é uma forte ferramenta do poder público nas da política de assistência social no Brasil.

Temos como serviços oferecidos à comunidade a obrigatoriedade da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI),

podendo incluir serviços para pessoas com deficiência, idosas e seus familiares, ofertando serviço medidas socioeducativas, além de fazer encaminhamentos para outros mecanismos da rede pública. No CREAS também é realizada orientação jurídica à população e o estímulo à mobilização comunitária (BRASIL, 2011).

O público atendido pelo CREAS engloba famílias e/ou indivíduos em qualquer situação de vulnerabilidade pessoal ou social; pessoas em situação de com violação de direito, como por exemplo; violência física, psicológica e negligência; violência sexual; pessoas em situação de rua e abandono familiar; pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas e vítimas de trabalho infantil. Essas são apenas algumas possibilidades de prestação de assistência do equipamento.

Os serviços socioassistenciais de média complexidade, como os ofertados no CREAS, sendo dever deste e de sua obrigação a oferta de atendimento as famílias e a indivíduos. São ações de competência do CREAS: acolhimento; escuta; estudos sociais; diagnostico psicossocial; acompanhamento e avaliação de serviços e orientação familiar, entre outras (BRASIL, 2011).

Existe diversas formas do cidadão ser assistido pelos programas e serviços do CREAS e, por se tratar de um serviço público e gratuito, ele é aberto durante todos os dias úteis para receber e acolher pessoas. Também é uma possibilidade o sujeito chegar até o CREAS por meio de encaminhamento de outros mecanismos da rede pública, como, dentre outros, CRAS, serviço de abordagem social, por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), como o Ministério Público, por exemplo.

A Psicologia exerce papel fundamental na prestação desses serviços e na aplicabilidade dessas políticas – a Psicologia, que historicamente teve seus princípios aplicados a uma psicologia clínica e, muitas vezes, elitista. A partir da inserção dessa categoria trabalhadora, no caso o psicólogo, ampliam-se suas possibilidades de atuação e consequentemente inicia-se um movimento de possibilitar o acesso e democratização da Psicologia aos mais diversos públicos (como o Ministério Público).

> Nesse sentido, o acesso aos serviços psicológicos se restringia àqueles com condições de custear o trabalho desses profissionais. Assim, construiu-se uma ideia de que o psicólogo só atuava com determinados grupos sociais, com práticas embasadas em aspectos psicoterápicos. Foi somente no final da década de 80 que se iniciaram gradativamente as articulações norteadoras da prática psicológica com o compromisso social, que fizeram os profissionais refletir se de fato estavam a serviço da realidade brasileira (CONSELHO

> REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009, p. 83).

A concretização do da obrigatoriedade de um psicólogo dentro das políticas de assistência social só se deu factualmente após os anos 2000. A partir da inserção dos profissionais de psicologia nas políticas públicas, a Psicologia pôde desenvolver uma aproximação com públicos mais vulneráveis – tornando-a mais acessível e funcional dentro da lógica social brasileira, já que a maior parcela da população não tem acesso à Psicologia de forma privada.

Atualmente a Psicologia vem construindo grandes avanços e ganhando cada vez mais espaço, o movimento de inserir psicólogos na assistência social possibilitou que questões sociais fossem assistidas de forma séria e assertiva – a exemplo de crianças vítimas de violação de direitos em cidades do interior. A interiorização da psicologia faz com que os profissionais necessitem cada vez mais repensar sua prática e partilhar condutas cada vez mais críticas, a fim de assegurar os direitos da população e a aplicabilidade das leis.

No Brasil, as produções teóricas e práticas da Psicologia ao longo dos anos estão situadas majoritariamente em contextos urbanos, tendo menor prioridade as produções com foco em contextos rurais. Os reflexos destas construções problematizam acerca das possibilidades e impasses de atuação de psicólogas(os) nos contextos rurais, historicamente marginalizados, provocando críticas sobre estas interlocuções e seus efeitos.

O entendimento sobre a temática da ruralidade e os diferentes modos de subjetivação presentes neste campo começa com o surgimento da psicologia comunitária, entre as décadas de 1960 a 1970, onde algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores desenvolveram atividades em comunidades rurais, alinhadas com os princípios da Educação Popular Freiriana.

Porém, um debate mais aprofundado sobre a necessidade de se trabalhar uma psicologia contextualizada à realidade do campo só começa a emergir com mais força a partir dos anos 2000, com o surgimento das discussões sobre psicologia e ruralidade na América Latina, tendo como exemplos as experiências mexicanas (QUINTANAR, 2009), argentinas (LANDINI, 2015) e brasileiras (LEITE; DIMENSTEIN, 2013).Partindo dessa premissa e a partir das vivências das autoras e do autor desse artigo em diferentes contextos rurais, considera-se importante reconhecer e discutir o que se tem sido produzido pela Psicologia em contextos rurais. Deste modo, o presente artigo

objetiva analisar a perspectiva de atuação comunitária nas produções científicas em Psicologia sobre contextos rurais.

Tal dicotomia, na verdade, é reflexo de outra: campo *versus* cidade. trata-se de uma oposição gestada pela sociedade capitalista, que acentuou a divisão do trabalho e enraizou determinada maneira de representar e classificar o mundo nessas duas realidades (WILLIAMS, 2011). Para Moreira (2005), além dos aspectos econômicos expressos na dicotomia rural-urbano, tal relação ainda é atravessada pelos poderes assimétricos das sociedades capitalistas, que influenciam as esferas políticas e culturais existentes, constituindo-se como polos construtores de identidades donde emergem atribuições de sentido de um e outro. Outra perspectiva que tem empreendido sentidos ao rural é a do *continuum* rural-urbano, em que ambos são entendidos como um gradiente de variações espaciais, de maneira que se vai de uma situação (rural) a outra (urbano), constituindo relações de contato e gradação, espécie de continuidade entre os dois espaços, resguardadas as particularidades que os definem (LINDNER *et al.,* 2009). Para alguns autores, a proposta do *continuum* se apresenta em contraposição ao enfoque dicotômico; para outros, trata-se apenas de uma variação analítica do mesmo, pois acabam priorizando um processo gradual de urbanização do campo (CANDIOTTO *et al*., 2008; CAMARGO *et al.,* 2012).

Nesses termos, a principal crítica à noção de *continuum* é que este privilegia o urbano como detentor do progresso e dos valores dominantes, enquanto o rural, o outro extremo, permanece caracterizado como atrasado, tendendo a reduzir-se sob forte influência do anterior (WANDERLEY, 2000).

Tal realidade reflete a insuficiência do debate histórico realizado nas graduações em Psicologia pelo Brasil, em que temas ligados à formação social nacional são muito pouco explorados. Debates sobre a “questão social” – expressão de um conjunto multifacetado de desigualdades econômicas, políticas e culturais, engendradas na sociedade capitalista, em sua fase monopolista, cujo resultado é a marginalização de amplas parcelas da sociedade em relação aos bens materiais e simbólicos produzidos pela civilização (CEOLIN, 2014) –, por exemplo, encontram pouca ressonância na formação e exercício profissional da/o psicóloga/o brasileira/o brasileira/o.

Diante desse quadro, Guzzo (2015, p. 5-6) é taxativa ao afirmar que;

> Nada mudou na formação que pudesse fornecer aos estudantes oportunidades de refletir criticamente sobre as distintas faces da

> "questão social" e como a Psicologia deve se organizar diante delas". (GUZZO, 2015, p. 5-6)

O afastamento da Psicologia em relação à "questão social" reflete a maneira como a profissão surgiu no Brasil, não direcionada a compreender as relações de poder, dinâmicas e antagonismos que permeiam a vida social. A ausência de um debate mais aprofundado sobre as condições e o contexto de inserção da Psicologia na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, bem como sua localização e funcionalidade na sociedade burguesa – com a prestação de serviços atendendo aos interesses da regulação social (individualização dos problemas sociais e adaptação e ajustamento do comportamento) – é o que tem, em suma, legitimado e garantido, em certa medida, a imagem social da profissão.

O não enfrentamento desse debate abre uma lacuna ainda maior, que é a pouca compreensão do caráter universal e mundializado da "questão social", que comporta ainda particularidades culturais, geo-políticas e nacionais, com diferenças e particularidades histórico-culturais que se cruzam e tencionam em cada realidade (PAULO NETTO, 2001). A realidade dos contextos e dos povos rurais certamente não está isenta dessas determinações.

Acentua-se que na realidade brasileira a "questão social" tem íntima relação com a questão agrária e as questões relativas à terra e às ruralidades em geral. Dessa forma, existem contextos rurais atravessados por expressões da "questão social" como contradições sociais, desigualdade, miséria, pobreza, fome; e pelos diferentes, e muitas vezes contraditórios, interesses das políticas, dos serviços e das populações. Tal quadro coloca muitos desafios à formação em Psicologia, que, como referido anteriormente, manteve-se por muito tempo distante do debate sobre o rural e sobre a questão social.

Apesar disso, acredita-se que a Psicologia pode instituir ações inovadoras e, com isso, "[...] extrapolar o viés individualista e normatizador que, por décadas, hegemonicamente, embasaram o trato às expressões da questão social" (LEÃO *et al.,* 2014, p. 284). Cabe questionar: quais são as já conhecidas e novas expressões da "questão social" que vêm se desvelando nos contextos rurais? Como os elementos saúde, educação, trabalho, desenvolvimento, cidadania, justiça social, vulnerabilidade, entre outros, vêm se expressando nos contextos rurais e como podem ser trabalhados pelas/os psicólogas/os?

Torna-se, portanto, imprescindível inserir a discussão sobre “questão social” na formação em Psicologia para que, somando outras interpretações, contribua para a análise e intervenção com o rural. De fato, como verificado por Bernardes (2012) em investigação sobre a formação em Psicologia, os sentidos produzidos em considerável parte dos cursos do Brasil reproduzem o que já existe por meio de ênfases curriculares centradas nos domínios mais consolidados de atuação – a Psicologia Clínica, a Psicologia Escolar e a Psicologia Organizacional. Isso se expressa nas pesquisas sobre a formação de psicólogas/os no Brasil identificadas por Costa *et al*. (2012), ao verificarem que parcela importante tem focalizado as discussões nessas áreas tradicionais. Além disso, podem ser caracterizadas como produção dispersa, com caráter opinativo e em grande medida focado em uma ótica internalista para abordar o tema.

A partir disso, as/os autoras/es questionam: “[...] será que as áreas consagradas são suficientes para se pensar a preparação desse profissional?” (COSTA *et al*., 2012, p. 136). E mesmo sem prescindir desses conhecimentos, é possível “refunda-los” na perspectiva de atender as especificidades das necessidades em saúde, de trabalho e do processo de escolarização que demandam os povos e os meios rurais no Brasil? Trazendo essas perguntas para o contexto atual, compreende-se a importância do debate sobre rural como meio de contribuir para a reflexão da própria direção e compromisso ético-político da formação em Psicologia com a sociedade brasileira, pois requisita aproximação com novas faces da questão social, dinâmicas, compromissos e lutas. Por isso, cabe superar as lacunas da formação acadêmica voltada para rural, pois são elas que parecem explicar a negligência científica da Psicologia em relação às populações rurais (MARTINS, 2010).

Essa complexidade de questões envolvendo o campo das ruralidades diz respeito ao conjunto de mudanças decorrente do estreitamento das fronteiras entre rural e urbano no país, mas também frente à ampliação e aos rumos do debate sobre os estudos rurais no Brasil.

Conforme citado anteriormente, trata-se de um campo marcado por ambiguidades e disputas entre diferentes posturas teóricas, diferentes paradigmas e seus quadros de linguagens, categorias e temas, além de ser atravessado por novas questões de conteúdo metodológico (ALMEIDA, 2007; CARNEIRO, 2005). É nesse contexto que outras questões surgem: de quais meios e estratégias a Psicologia pode se utilizar para lidar e contribuir com os desafios que perpassam o próprio campo dos

estudos rurais? Como qualificar a formação em Psicologia para manejar as singularidades, complexidades, diversidade de sentidos e de atores, além de compreender a relação com o urbano e transformações envolvidas nos contextos rurais?

Tais questionamentos ajudam a reafirmar a escassez de preparo teórico, técnico e metodológico da Psicologia em relação às diversidades e especificidades dos contextos e povos rurais, ao mesmo tempo em que sinalizam o risco de aprisionamento à demanda por ações mais imediatistas – tão comuns nos serviços das políticas sociais. Esse é um ponto que precisa ser encarado como uma preocupação central a ser superada. É preciso entender, de acordo com Coelho (2013), que quanto mais pobres a concepção acerca da teoria e o conhecimento que se tem dela, mais imediatista será a prática profissional.

Desse modo, torna-se necessário redefinir a formação profissional, processo que requer, sem dúvidas, o avanço para além da redefinição dos currículos, incluindo o aumento da produção do conhecimento sobre o tema, o aprofundamento do debate acerca das alternativas de capacitação continuada, a participação das entidades representativas da categoria nessa discussão, além da aproximação dos movimentos sociais do campo, por meio de projetos e ações de extensão universitária.

Tendo em vista que hoje não se trata mais de escolher trabalhar em um “local” urbano ou rural – pois por suas relações tênues (CARNEIRO, 2005) e o fato de que rural é um objeto multifacetário e requer olhares polivalentes (WANDERLEY, 2012), estando, portanto, em constante construção (CARNEIRO, 2012) –, a Psicologia e as/os psicólogas/os são interpeladas/os pelo rural e vivenciam as relações rural/urbano cotidianamente. Por este aspecto, cabe à formação profissional em Psicologia acompanhar esse movimento, por meio de uma preparação coerente e específica às distintas realidades dos contextos e povos rurais no Brasil.

Cabe ainda repensar o ensino e a prática orientados pela experimentação e construção de uma Psicologia inseparável da política e da vida, a partir de processos de reformas curriculares e práticas vivenciadas por dentro e por fora dos componentes curriculares, em articulação com ações de pesquisa e extensão universitária. É preciso atentar para que não ocorra a minimização do debate apenas no incremento de conteúdos e disciplinas relativas ao universo das ruralidades, pois parte-se do entendimento de que o currículo é permeado por relações, poderes e produção de subjetividade. Nesse sentido, é fundamental contemplar – além das questões

deontológicas, epistemológicas e metodológicas – o diálogo, o encontro e a alteridade, pois o currículo é vida, e, portanto, é desejável que esteja na pele das pessoas, encarnado em seus corpos, vivenciado e em constante processo de avaliação e mutação (BERNARDES, 2012, p. 220).

Algumas conexões e proposições são importantes na tentativa de tracejar respostas a algumas das indagações realizadas anteriormente a respeito da formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. Nesse sentido, são temas relevantes para a formação, mas também para pesquisas em Psicologia nesse campo:

a) História do campo brasileiro e de suas populações regionais;
b) História das lutas indígenas e camponesas no Brasil e na América Latina;
c) A emergência atual dos povos do campo no Brasil e na América Latina;
d) Políticas públicas atuais e o campo brasileiro;
e) Estado e hegemonia cultural;
f) Políticas públicas, subjetividades e culturas;
g) Estado, políticas culturais e práticas culturais;
h) Sociedade, relações de classe e relações étnicas;
i) Antropologia Cultural; Etnologia e Etnografia;
j) Ciências da Religião;
k) Povos Indígenas no Brasil; Comunidades Tradicionais no Brasil e,
l) Formação e atualidade dos quilombos no Brasil Portal. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, (2013).

Além disso, considera-se importante inserir nos currículos de Psicologia conteúdos a respeito das lutas sociais e a questão da terra; questão agrária; contradições do modelo produtivista de modernização da agricultura; processos sociais, culturais e identitários; reconstrução do espaço rural; infância, adolescência, juventude e velhice em contextos rurais; relações de gênero e de gerações em contextos rurais; sexualidades; violências; famílias rurais; desenvolvimento rural sustentável; processos de assistência técnica e de extensão rural, dentre outras, no intuito de avançar no saber-fazer da Psicologia em relação a esse campo.

Embora a intersetorialidade em políticas públicas seja algo recente, já está

sendo considerada como uma alternativa de enfrentamento às múltiplas expressões da Questão Social vivenciadas pelas usuárias dos CREAS pesquisados. Através da abordagem intersetorial, a gestão pública pode alcançar maior efetividade e impacto sobre os problemas e demandas da população, com uma visão integrada destas

questões e de suas soluções. Compartilhamos a posição das assistentes sociais Couto, Yazbeck e Raichelis de que:

> A intersetorialidade supõe [...] a articulação entre sujeitos que atuam em áreas que, partindo de suas especificidades e experiências particulares, possam criar propostas e estratégias conjuntas de intervenção pública para enfrentar problemas complexos impossíveis de serem equacionados de modo isolado (COUTO *et al.,* 2010. p. 40).

A necessidade de um trabalho intersetorial para garantir os direitos das mulheres é vista principalmente porque não se acredita que nenhuma política pública seja completa e que garanta a integridade dos direitos das mulheres. Nesse sentido, assistentes sociais de diferentes regiões do Rio Grande do Sul entrevistados pelo CREAS revelaram que as estratégias por eles implementadas foram promover a convergência de políticas como assistência social, saúde, segurança pública e educação para atender as necessidades das famílias atingidas pela doença. necessidades das mulheres violentas e suas famílias. Abrigos, se existirem, são outra opção quando as mulheres estão em risco iminente de morte. Também é importante conhecer outros órgãos da rede de atenção à mulher da cidade. A narrativa a seguir visualiza esses esforços dos profissionais para trabalhar em todos os departamentos.

Outra questão desafiadora é a implementação da transfronteiriça de gênero nas políticas públicas por meio da criação de serviços especializados em todas as disciplinas e setores dentro da estrutura das políticas nacionais de combate à violência contra a mulher. Um pré-requisito para trabalhar com esses princípios é o desenvolvimento da conectividade de rede. O conceito de rede de serviços refere-se à ação conjunta entre órgãos/serviços governamentais e não governamentais e a comunidade para ampliar e melhorar a qualidade dos serviços; identificar e encaminhar adequadamente as mulheres que vivenciam a violência; e desenvolver estratégias eficazes de prevenção. A composição da rede de serviços visa ilustrar as

complexidades da violência contra a mulher e a multidimensionalidade dos problemas que permeiam múltiplas áreas como, saúde.

O Estado mal respondeu à violência. Além disso, atualmente limita-se a abordar a violência interpessoal de forma fragmentada e paliativa. Reconhece-se que esse tema é necessário para todas as políticas públicas e, no momento, a realidade está longe de ser horizontal. Além disso, é importante destacar a instabilidade das políticas sociais que visam evitar a deterioração da situação vivida pela classe trabalhadora em particular. É nesse sentido que as respostas dadas pelo Estado em seu enfrentamento à violência são postas em questão.

O serviço público enfrenta muitas dificuldades no atendimento às famílias expostas a algum tipo de violência, principalmente pela falta de recursos humanos, além de uma rede de serviços estruturada que possibilite a implementação intersetorial.

Há algumas fragilidades que podem ser superadas, como a instituição de processos de monitoramento e avaliação permanente dos serviços ofertados por parte dos usuários; a ampliação da participação dos usuários nos processos de decisões das instituições e serviços, inclusive na indicação de prioridades; a adoção de estratégias que promovam o fortalecimento dos usuários, com o reconhecimento dos mesmos enquanto sujeitos de direitos, partícipes do processo de superação das situações vivenciadas.

Além disso, a violência deve ser enfrentada e discutida a partir do reconhecimento de que a violência é uma expressão de problemas sociais, enraizados na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, ou seja, o conflito existente entre capital e trabalho. Verificou-se a importância de desenvolver medidas preventivas, que serão de responsabilidade de todas as políticas públicas, para identificar a escola como espaço privilegiado para tal ação, desde o estímulo à resolução não violenta de conflitos, desde a educação para a paz. Construir uma cultura de paz em nossas sociedades exige respeitar os direitos humanos e, principalmente, garantir os valores da vida democrática, como a igualdade e a justiça social, garantindo espaços para o pluralismo viver sem violência no cotidiano. (GROSSI *et al.*, 2005, p. 14).

Acredita-se que para que as situações de violência sejam enfrentadas, se faz necessário o envolvimento de amplos segmentos na busca de uma sociedade na qual não haja dominação, exploração, opressão, alienação, discriminação de qualquer ordem.

Pereira Junior (2014) aponta um aspecto sobre o qual tenho refletido bastante nestes anos de atuação no CREAS do meu município: a amplitude de abrangência do trabalho do CREAS, sobretudo do PAEFI, que convoca a (o) profissional a um imenso conjunto de conhecimentos necessários para a intervenção nas situações atendidas.

> Apesar de estarem todas na categoria violações de direitos, […] cada uma dessas situações demandaria um embasamento teórico e metodológico próprio. Sob meu ponto de vista, esta é uma importante particularidade que perpassa a atuação da Psicologia no CREAS. (PEREIRA JUNIOR, 2014, p. 61)

O desafio de conhecer minimamente cada um dos públicos e das violações com as quais irá se deparar cotidianamente. Em que pese entendermos que o foco central é o trabalho com a família, para que este trabalho seja qualificado é primordial termos contato com o percurso histórico da defesa de direitos de cada público (criança/adolescente, mulher, idoso, pessoa com deficiência, público LGBTQI+, entre outros) e com as teorias e metodologias desenvolvidas no que concerne a cada um destes públicos.

É, a meu ver, um dos primeiros quesitos sobre o qual a (o) profissional do CREAS precisará se debruçar. Quais os públicos que eu atendo? O que eu sei sobre eles? Antes, é claro, faz-se necessário que essa (e) colega conheça o que é o SUAS, as Proteções Sociais e o CREAS.

Outra questão abordada pelo mesmo autor é a demanda que chega até os CREAS de verificação e apuração de denúncias as mais diversas, o que produz atravessamentos de toda ordem no trabalho neste equipamento. Esta, talvez, seja a pauta mais difícil para nós técnicas (os) deste serviço. Seu enfrentamento não é simples, revela-se complexo e até ameaçador. No entanto, nosso desconhecimento quanto às diretrizes do SUAS pode contribuir para a perpetuação desta realidade. O trabalho psicossocial ofertado nos nossos equipamentos, embora atravessado por este tipo de demanda, não deve se omitir na sua função de promotor de direitos, de

empoderamento e autonomia dos usuários frente à complexidade das violências por eles vivenciadas.

Além destas duas, muitas outras questões estão postas quando se trata da atuação da (o) psicóloga (o) no CREAS, mas sendo o intuito do Blog primar por textos mais curtos e simples, irei focar, daqui para frente, em uma última e crucial questão, que é discutida em diversos materiais que pesquisamos: a interdição da psicoterapia e a “obrigatoriedade” do trabalho psicossocial no espaço do SUAS e, consequentemente do CREAS.

Não é uma questão nova, mas me interessa pensar hoje como isso chega para as (os) profissionais dos serviços. Sobre isso, o autor com o qual estamos dialogando até aqui vai dizer que no CREAS, não raro, a (o) psicóloga (o) é demandada, por diversos órgãos e até por outros equipamentos da Assistência Social, a avaliar o usuário sob o ponto de vista da presença ou não de um trauma e de seu tratamento, inclusive com a pressão e vigilância para obtenção de resultados rápidos e precisos.

Enquanto profissional de CREAS, já recebi solicitações similares a essa. Fica clara a dificuldade que ainda se apresenta no que se refere à atuação neste equipamento. Por se tratar de um espaço que atua com situações de violência, ainda se tem uma expectativa de que a Psicologia está ali para “tratar” dos aspectos subjetivos do ocorrido, mesmo que muitas vezes o discurso seja de que não é essa a demanda. Nunca é demais lembrar, como aponta o autor citado, que devido a sua complexidade e transversalidade, a construção de uma metodologia de intervenção no CREAS demanda saberes de muitos campos de conhecimento, como a Psicologia, o Serviço Social, a Sociologia, a Ciência Política, a Pedagogia, o Direito, entre outros. (PEREIRA, 2014, p.85)

O autor aponta também que a noção tradicional do psiquismo encapsulado, que compreende o indivíduo separado da sociedade não abarca a atuação da (o) psicóloga (o) no SUAS e em outros contextos de atuação. Assim como Rozana Fonseca nos textos que citei no início desta colaboração, ele também irá se reportar às referências propostas por Eduardo Vasconcelos, no que concerne às abordagens alinhadas a metodologia psicossocial como possibilidade de intervenção no SUAS e no CREAS.

Para além de apontar a metodologia psicossocial como possibilidade de embasamento da prática no SUAS, Pereira Júnior (2014) vai problematizar a dita proibição da clínica tradicional nos espaços do SUAS, mencionando que embora esse seja um ponto importante levantado pelas normativas da Política de Assistência Social, não teve o aprofundamento devido, o que culminou numa confusão entre os termos psicoterapia, caráter terapêutico e práticas clínicas. Há uma convergência entre o referido autor e Marcos e Neves (2019).

Estas autoras também citam a confusão entre os termos e trazem ainda outras provocações bastante interessantes. Afirmam que as normativas preocuparam-se mais em dizer o que (a) psicóloga (o) não deve fazer em detrimento daquilo que ela (e) deve fazer neste contexto de atuação. Questionam ainda se a prioridade ao atendimento grupal garantiria a mudança de paradigma – do sujeito encapsulado em seu psiquismo para o sujeito inserido e compreendido em seu contexto social.

A pessoa que você atende no CREAS está te contando qual história? O que está imbricado naquilo que ela te conta – você consegue ver o território, a comunidade em que ela está inserida e a nossa sociedade em seu relato? Penso serem fundamentais estas perguntas, pois sem a percepção de que somos seres sociais, qualquer grupo que seja proposto nos serviços, como nos provocaram as autoras, será formado apenas por uma soma de psiquismos encapsulados. Olhando assim, fica evidente que abordar o trabalho da (o) psicóloga (o) no SUAS é abordar a necessidade de mudanças de paradigma na Psicologia.

4 **ANÁLISE SISTEMÁTICA DAS PRODUÇÕES SOBRE A PSICOLOGIA E O RURAL**

Historicamente, a Psicologia no Brasil vem sendo uma ferramenta de utilização de pequena parcela da população, parcela essa que, de forma geral, é constituída por privilegiados sociais – pessoas de classe média/alta, brancas e pertencentes à zona urbana. Enquanto ciência e ferramenta de emancipação social, a Psicologia ainda é algo pouco explorado e debatido de forma geral. A Psicologia serviu durante muitos anos apenas às elites, isso motivado por uma lógica clínica, na qual, ideologicamente, a única forma de atuação dos profissionais dessa área é dentro de consultório.

No Brasil, a Psicologia inicia sua atuação na assistência social apenas em 2002, através do SUAS. Essa recente iniciativa é algo que influencia a Psicologia de no sentido macro, pois a atuação e a formação dos novos profissionais da área necessitam do debate e do conhecimento dessa tão recente e necessária área de atuação. No contexto rural, a Psicologia chega por meio da ampliação das políticas públicas de assistência social – ou seja, o psicólogo necessita não só dos conhecimentos das psicopatologias, mas também do domínio sobre as políticas públicas de assistência social e da sua aplicação de forma efetiva em prol da garantia dos direitos à população, em diversos ambientes, entendendo as especificidades, a exemplo dos contextos rurais.

Os contextos rurais, por sua vez, foram durante anos tratados de forma marginalizada e incoerente, com discursos preconceituosos e limitantes acerca do que seria a categoria – o que, de certa forma, implica na atuação profissional de psicólogos e estudantes da área. Assim, entender o contexto de atuação pode ser uma ferramenta extremamente importante para a efetivação dos serviços.

O que objetiva a realização deste trabalho é a necessidade de debater e analisar o como as produções acadêmicas no Brasil influenciando a atuação profissional dos psicólogos na aplicação e garantia do acesso aos serviços de assistência social no contexto rural.

4.1 Metodologia

Ao longo desta produção será encontrada uma revisão sistemática das produções de artigos científicos, com a finalidade de entender forma e contexto nos quais as políticas públicas brasileiras agem nos contextos rurais. Também será possível analisar a relevância da temática e o quanto é explorada pela Psicologia e seus profissionais. A análise sistemática de artigos consiste na identificação, extração dos conteúdos e análise dos dados recolhidos, partindo da seleção de artigos publicados nos seguintes portais de periódicos eletrônicos: SciElo e Pepsic. Essas plataformas foram escolhidas como base para esta pesquisa por serem referências acadêmicas e possibilitarem o acesso a qualquer momento aos artigos na integra, bem como às produções mais recentes e também pela possibilidade de utilização de filtros para a seleção. A utilização de filtros serviu para realizarmos o recorte necessário à assertividade quanto à seleção do conteúdo necessário para a pesquisa. Os filtros aplicados foram: periódicos revisados por pares; artigos em revistas; palavras chaves: psicologia e contexto rural e psicologia e ruralidades; período: 2016-2021.

Quadro 1 – Informações dos artigos analisados

N°	**Informações dos artigos analisados**
1	Título: *Psicologia e a questão agrária no Brasil: novos desafios para a profissão*. Autores; Kátya de Brito e João Paulo Macedo. Ano: 2021. Tema: implicação da reforma agraria com a psicologia. Metodologia: trata-se de um estudo bibliográfico realizado na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em janeiro de 2017. Resumo: o artigo trata-se de uma análise sistemática das produções em torno da reforma agraria no brasil e as implicações da psicologia brasileira em torno da temática. A percurso da reforma agraria brasileira é o primeiro tema a ser abordado, onde existe um importante observação do quanto é necessário entender o rural além de um espaço físico, quando na realidade as demandas rurais é também uma rica categoria de análise .Fica claro que o autor busca esclarecer como a psicologia se aproxima dessa temática tardiamente e que em grande maioria dos casos a temáticas abordadas pela psicologia em relação a questão agraria é em torno da produção de subjetividade e a sua construção em território rurais. Por fim os autores apontam a necessidade de um aprofundamento no estudo do tema e que esse é um caminho possível para que a psicologia preencha a lacuna existente.
2	Título: *Revista Psicologia Política: psicologia política e ruralidades na américa latina.* Autores: Adolfo Pizzinato. Ano: 2016. Tema: produções acerca da psicologia e o rural.

	Metodologia: análise bibliográfica de artigos publicados na América do Sul. Resumo: o autor relata que a principal porta de entrada da psicologia nos debates em torno ao rural são através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O texto cita também algumas importantes elaboração teóricas no cenário brasileiro sobre o tema. Existe uma necessidade d autor em afirmar que os estudos sobre a ruralidade brasileira são extremamente relevantes e o tema vem sido debatido por pesquisadores há muito tempo.
3	Título: *Psicologia Política e Ruralidades*. Autores: Domenico Uhng and Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar. Ano: 2016. Tema: o estudo da psicologia rural e sua concepção no brasil e MST. Metodologia: análise sistemática. Resumo: Logo de início o autor promove uma reflexão sobre como a psicologia se aproxima do tema de ruralidades muita através do movimento dos trabalhadores sem terra do Brasil. Declara que mesmo com a categoria de interdisciplinar psicologia rural, tendo sida criada a um tempo consideravelmente recente a psicologia já atua no rural antes disso e utiliza o MTS como base para esse argumento.
4	Título: *O lugar do rural e da ruralidade na conferência estadual de assistência social do RN.* Autores: Kamilla Sthefany e Andrade de Oliveira. Ano: 2017 Tema: demandas rurais no estado do Rio Grande do Sul. Metodologia: foi feito uma coleta de dados dos municípios. Resumo: O artigo busca inicialmente contribuir para a desestigmatização do rural. Ao afirmar que quando se leva características urbanas para o rural numa tentativa de modernizar o que é entendido como atrasado, o que na verdade se está fazendo é tentar aproximar o rural para o que o capital impõe. Quando a ruralidade vira ferramenta analítica é de grande relevância, pois torna de conhecimento social a dinâmica de vida da população o que pode fortalecer as lutas sociais
5	Título: *Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade.* Autores: Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Conceição Nogueira e Maria Juracy Filgueiras Toneli. Ano: 2016. Tema: relação de gênero e forma de performar o feminino. Metodologia: foi elaborado uma análise sistemática utilizando palavras chaves como: gênero: gênero e ruralidade; mulher e ruralidade; gênero e rural; mulher e rural. Dos 108 periódicos encontrados foram selecionadas 25 produções. No período de 2000 a 2014. Resumo: O artigo trata-se de estudo da relações de gênero e as ruralidades. De início é evidenciado uma necessidade de esclarecer qual a perspectiva utilizada no que se diz respeito a ruralidade e a gênero. Quanto ruralidade se foge de uma lógica dualista, entre rural e urbano, que muitas das vezes fomenta idealizações que o rural é um urbano atrasado. O texto utiliza sempre ruralidades, por entender que o contexto rural é amplo e que de forma alguma pode-se generalizado. Gênero por sua vez é

	compreendida a partir de sua “performidade”, ou seja, nas relações sociais. Os resultado encontrados com a pesquisa afirma que as produções encontradas nesse período são em maior parte as referentes aos últimos 4 anos. Constatou-se que existe uma mudança na forma de performar o feminino dependendo do contextos rurais, a partir das questões socioculturais e elementos como classe, raça/etnia e renda, além de saúde, corpo e sexualidades. Concluiu que não existe uma forma universal de ser mulher e de vivenciar o que é o feminino.
6	Título: *Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições.* Autores: Adolfo Pizzinato, Cristiano Hamann, João Gabriel Maracci-Cardoso e Marcelo Moreira Cezar. Ano: 2016. Tema: projeto de vida e aspectos subjetivos. Metodologia: o processo de pesquisa contemplou narrativas de caráter autobiográfico e fotocomposições. Resumo: estudo se dedica analise e debater quais as projeções e expectativas de jovens mulheres utilizando como ferramenta projeto de vida, o que os autores do estudo entende ser uma forma de diálogo dessas jovens com a suas vivências e os marcadores sociais. Uma das categorias de analise utilizada na análise realizada é o marcador social de feminilidade e masculinidade, no qual segundo os autores os jovens podem ao mesmo tempo que carregam concepções conservadoras sobre o tema, também são capazes de mesclar os seus conceitos com concepções mais contemporâneas. A concepção de rural que o artigo traz é a de campo além do espaço físico e geográfico, entendendo o ambiente rural como espaço de representações sociais e construtor de subjetividades. A pesquisa encontrou como resultado que as concepções de dos indicadores apresentados (gênero, território, rural e urbano) são fortemente influenciados por traços mais tradicionais, apesar de aparecerem de forma muito crítica ainda se fazendo presentes nas idealizações das meninas que participaram da pesquisa.
7	Título: *Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural.* Autores: Elaine Costa-Fernandez e Claudio Andres Baradit Munoz. Ano: 2019. Tema: Metodologia: foram escolhidas 6 mulheres com idade a partir de 18 anos, que fossem beneficiarias do programa bolsa família. A ferramenta utilizada como facilitadora foi uma entrevista semiestruturada. Resumo: inicialmente o trabalho mostra danos retirados IBGE que compravam como a pobreza é presente no nordeste brasileiro e demostra também como a pobreza atinge o estado de Pernambuco, estando mais presente na área rural. No artigo é

	citado a importância de uma rede de apoio que possibilite o acesso da população as políticas de assistência em vigor no Brasil. O principal debate ao longo do trabalho é a cerca de como o acesso ao beneficiou afasta mulheres pobres de situações ainda mais difíceis e complexas de serem enfrentadas, como por exemplo violência doméstica. Por fim conclui-se que o programa familiar atua como modificador da realidade e de subjetivação, possibilitando alterações na renda familiar de forma direta e indireta.
8	Títulos: *Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos.* Autores: Ximenes, Verônica Morais, Moura Júnior, James Ferreira, Janaína Miranda, Lorena Brito e Jorge Castell. Ano: 2016. Tema: Metodologia: se trata de uma pesquisa quantitativa que busca cenários, o urbano e o rural. Resumo: O trabalho busca inicialmente esclarecer e conceituar o que é pobreza multidimensional. No brasil houve uma diminuição significativa de índices de pobreza, em especial os números de pessoas que vivem a baixo da linha d a pobreza, o que é entendido como algo benéfico e positivo, porem que cabe cuidado já que essa linha não é algo que avalie as amplas possibilidades da vivencia humana. A linha da pobreza é delimita ao sujeito que tem ou não uma renda pré-estabelecida e não avalia todos as fatores sociais que implica a vivencia sócias do individuou. Algumas das conclusões possível de serem percebidas nessa produção cientificas foram as seguintes; Primeiramente, é importante salientar que os contextos rurais são geralmente reconhecidos como mais pobres. No entanto, com as análises realizadas em uma perspectiva multidimensional, as diferenças estão somente restritas à educação, habitação e aspectos subjetivos. Dessa maneira, no que se refere a questões monetárias, como trabalho e renda, o contexto rural pesquisado está no mesmo patamar que as comunidades urbanas. Essa mesma tendência ocorre com questões relativas à saúde
9	Títulos: *A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia.* Autores: Candida Maria Bezerra, Magda Dimenstein, Jáder Ferreira, Jaqueline Torquato e João Paulo Macedo. Ano: 2018. Tema: Metodologia: foram entrevistados aproximadamente 4093, utilizando como método principal entrevistas semiestruturadas. Também foi utilizado nessa pesquisa diários de campo. Resumo: De início fica evidente uma preocupação do autor com a falta de aproximação da psicologia com o contexto rural, um espaço de extensa demanda que

	ainda não possui a devida atenção dos profissionais e na formação de novos profissionais da psicologia. A aproximação do psicólogo aos contextos rurais se deram a partir das políticas do SUAS, o psicólogo que entra nesse setores necessitam de um deslocamento do ambiente clinico

Fonte: elaborado pela autora

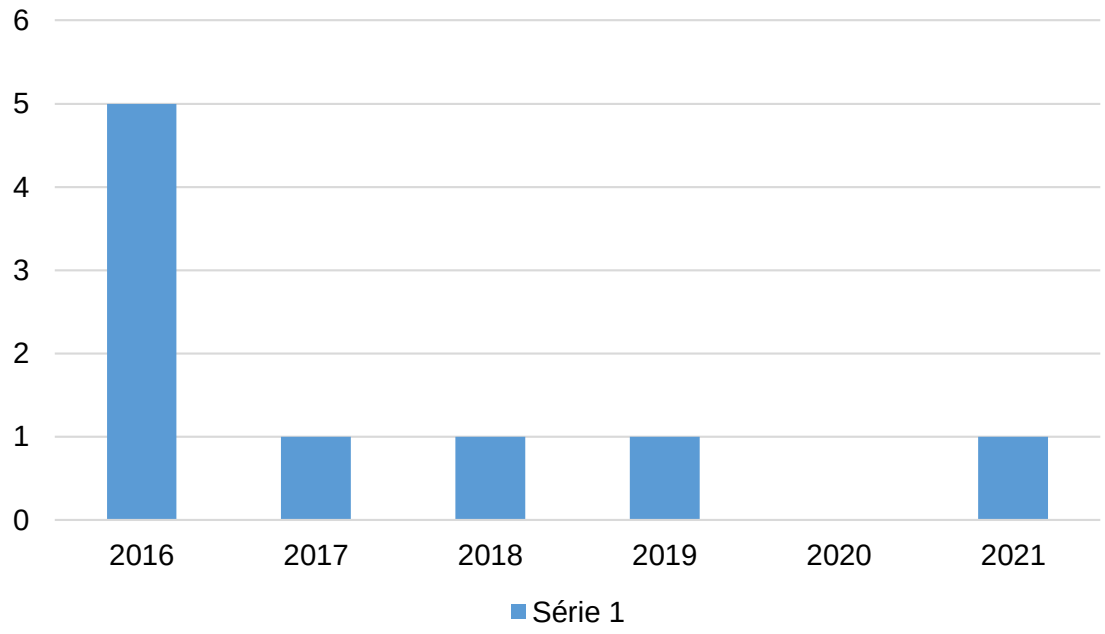
4.2 Análise dos dados encontrados na sistematização dos artigos

4.2.1 *Período das publicações*

Levando em consideração o posto até o momento, foram encontrados nas amostragens, as quais serviram de categorias para facilitar a observação das informações obtidas nos artigos analisados.

A primeira dessas categorias envolveu os anos de publicação. Nesta categoria foi possível perceber que houve publicações nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021. É possível notar essas informações no gráfico 1 a seguir:

GRÁFICO 1 – Quantidade por ano

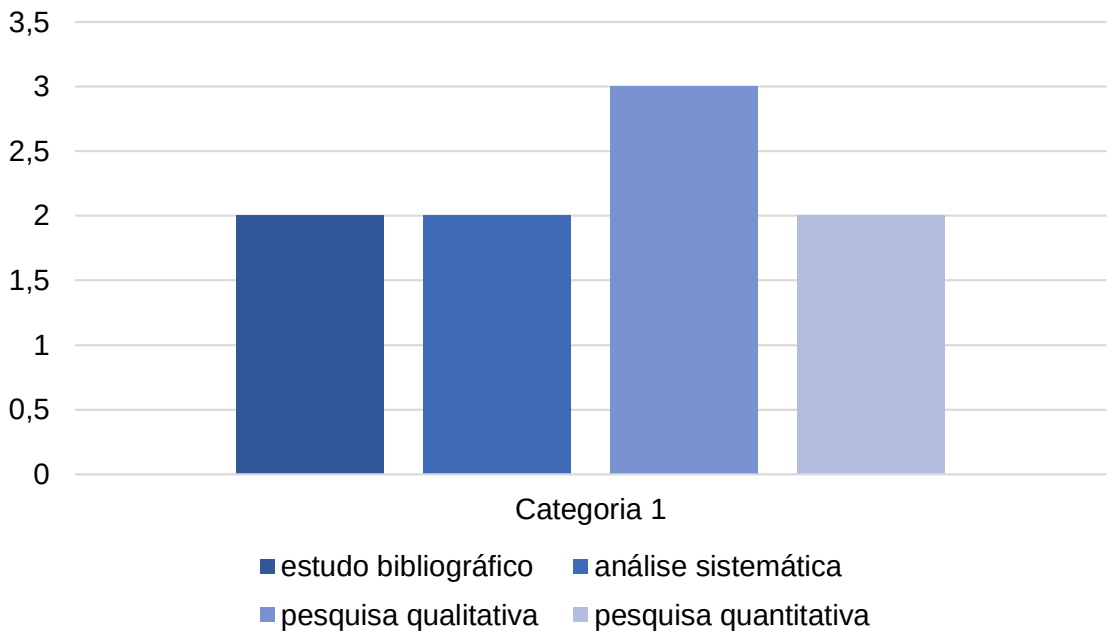


Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora

A partir da observação do gráfico, fica evidente que o ano de maior publicação foi o de 2016. Posteriormente, é possível notar uma linearidade entre os anos de 2017, 2018, 2019 e 2021. Apenas em 2020 não houve nenhuma publicação; cabe referência ao fato de que durante esse período o mundo vivenciava o primeiro e mais devastador ano de pandemia mundial de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), impondo um ano de recessão em todas as áreas da sociedade mundial, incluindo a acadêmica.

Outra variável analisada ao longo deste trabalho diz respeito às metodologias para elaboração dos trabalhos escolhidos. Foram encontradas as seguintes metodologias: estudo bibliográfico, análises sistemáticas, pesquisas qualitativas e pesquisas quantitativas. Como mostra o gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2 – Metodologias dos artigos



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

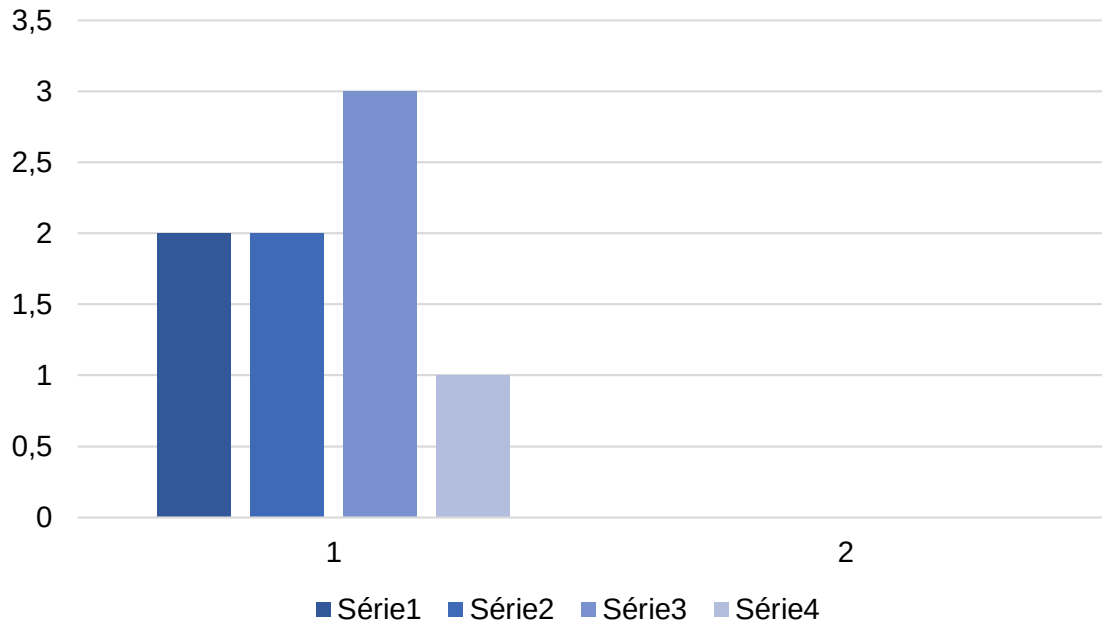
Com a utilização do gráfico é possível perceber que duas publicações foram elaboradas a partir de estudo bibliográfico, duas foram análises sistemáticas, três pesquisas qualitativas e duas pesquisas quantitativas.

Algo também categorizado ao longo da elaboração deste trabalho diz respeito às temáticas debatidas pela Psicologia no meio acadêmico através das produções cientificas. Analisar as temáticas é entender qual entendimento do rural para a

psicologia entra e que sai das universidades, é entender como o rural é debatido e quais temas acerca dessa temática são entendidos como relevantes.

No gráfico 3 foram alocados os temas encontrados nos 9 artigos científicos selecionados para este trabalho. As temáticas encontradas foram 4, a saber: gênero, fatores econômicos, formação em psicologia e subjetividade.

GRÁFICO 3 – Assuntos tratados nos artigos



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

4.2.2 *Gênero*

No artigo que traz a temática de gênero, trata-se de estudo das relações de gênero e as ruralidades. De início é evidenciada a necessidade de esclarecer qual a perspectiva utilizada no que diz respeito à ruralidade e a gênero. Quanto a ruralidade, foge-se de uma lógica dualista, entre rural e urbano, que muitas das vezes fomenta idealizações que o rural é um urbano atrasado. O texto utiliza sempre ruralidades, por entender que o contexto rural é amplo e que de forma alguma pode ser generalizado. Gênero, por sua vez, é uma categoria compreendida a partir de sua “performidade”, ou seja, nas relações sociais. Os resultados encontrados com a pesquisa afirmam que as produções nesse período são em maior parte referentes aos últimos 4 anos.

Constatou-se uma mudança na forma de performar o feminino dependendo dos contextos rurais, a partir das questões socioculturais e elementos como classe, raça/etnia e renda, além de saúde, corpo e sexualidades. Concluiu-se que não existe uma forma universal de ser mulher e de vivenciar o que é o feminino.

As demais produções tratam de estudos que se dedicam a analisar e debater quais as projeções e expectativas de jovens mulheres utilizando como ferramenta o projeto de vida – o que os autores do estudo entendem como forma de diálogo dessas jovens com suas vivências e os marcadores sociais. Uma das categorias de análise utilizada é o marcador social de feminilidade e masculinidade, no qual, segundo os autores, os jovens podem, ao mesmo tempo que carregam concepções conservadoras sobre o tema, ser capazes de mesclar seus conceitos com concepções mais contemporâneas. A concepção de rural trazida pelo artigo é a de campo, além do espaço físico e geográfico, entendendo o ambiente rural como espaço de representações sociais e construtor de subjetividades. A pesquisa encontrou como resultado que as concepções dos indicadores apresentados (gênero, território, rural e urbano) são fortemente influenciadas por traços mais tradicionais, apesar de aparecerem de forma muito crítica, ainda se fazendo presentes nas idealizações das meninas que participaram da pesquisa.

4.2.3 *Fatores econômicos*

Outra temática também encontrada durante a pesquisa corresponde aos fatores econômicos, tema presente em 2 dos 9 artigos selecionados.

O primeiro artigo a destacar a categoria trata-se de uma análise sistemática das produções em torno da Reforma Agrária no Brasil e as implicações da Psicologia brasileira em torno da temática. O percurso da Reforma Agrária brasileira é o primeiro tema a ser abordado, onde existe a importante observação do quanto é necessário entender o rural além de um espaço físico, quando na realidade as demandas rurais constituem também uma rica categoria de análise. Fica claro que o autor busca esclarecer como a Psicologia se aproxima dessa temática tardiamente e que, na grande maioria dos casos, as temáticas abordadas pela Psicologia em relação à questão agrária giram em torno da produção de subjetividades e a sua construção em territórios rurais. Por fim, os autores apontam a necessidade de um aprofundamento

no estudo do tema e que esse é um caminho possível para que a Psicologia preencha a lacuna existente.

Ainda nesta categoria, fora debatido pelo autor que a principal porta de entrada da Psicologia nos debates em torno do rural são através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O texto cita ainda importantes elaboração teóricas no cenário brasileiro sobre o tema. Existe uma necessidade do autor em afirmar que os estudos sobre a ruralidade brasileira são extremamente relevantes e que o tema vem sendo debatido por pesquisadores há muito tempo.

4.2.4 *Formação em Psicologia*

Nesta categoria foram encontrados 3 artigos que debatiam e analisavam a formação acadêmica em Psicologia e sua relação com as ruralidades e os contextos rurais.

Logo de início o autor promove uma reflexão sobre como a Psicologia se aproxima do tema de ruralidades muito através do movimento dos trabalhadores sem terra do Brasil. Declara que mesmo com a categoria interdisciplinar Psicologia Rural tendo sida criada a um tempo consideravelmente recente, a Psicologia já atua no rural antes disso e utiliza o MTS como base para esse argumento.

O artigo busca inicialmente contribuir para a desestigmatização do rural, ao afirmar que quando se leva características urbanas para o rural, numa tentativa de modernizar o que é entendido como atrasado, o que se está fazendo é tentar aproximar o rural do que o capital impõe. Quando a ruralidade vira ferramenta analítica é de grande relevância, pois torna de conhecimento social a dinâmica de vida da população, o que pode fortalecer as lutas sociais.

De início, fica evidente a preocupação do autor com a falta de aproximação da Psicologia com o contexto rural, um espaço de extensa demanda que ainda não possui a devida atenção dos profissionais e na formação de novos profissionais da área. A aproximação do psicólogo dos contextos rurais se dá a partir das políticas do SUAS, com o profissional que adentra esse circuito necessitando de um deslocamento do ambiente clínico.

Para problematizar a inserção da Psicologia no contexto rural, principalmente na área da educação, é relevante discutir acerca da compreensão do que é esse espaço. A partir das concepções sócio-histórica e cultural, o campo é considerado nas suas relações sociais, históricas e culturais. Nele são construídas vivências e experiências de pessoas singulares, que sofrem a influência da terra como meio de produção essencial. É também local de transformação, significados e sentidos. Na acepção de Monteiro (2015), o meio rural e o meio urbano representam, talvez, dois tipos diferenciados de processos psicossociais, sendo a dinâmica ambiental rural-urbana-rural algo dinâmico, que se transforma. Assim, observa-se em contextos urbanos processos que caracterizam o que é rural, ao mesmo tempo em que em contextos estritamente rurais há processos de urbanização. A autora apresenta, então, a tipologia que diferencia três tipos de ruralidade. Primeiro, cita uma ruralidade empobrecida, que permanece como resíduo de um processo de urbanização, muito pobre. O segundo tipo rural seria rico, do ponto de vista econômico, devido às iniciativas de agronegócio, que incluem instalações e a presença de empresas para a implantação de monoculturas, a exemplo da soja. Essas ações provocam avanços e crescimento, do ponto de vista econômico, com a implantação de vários sistemas de engenharia, como portos, usinas e equipamentos.

O terceiro tipo de ruralidade é uma área rural realmente rica, em que há, além da economia, uma riqueza cultural, ambiental e cognitiva. São espaços rurais habitados por populações indígenas, negras, com grande número de agricultores familiares trabalhando em silêncio para manter padrões de alimentação no Brasil (MONTEIRO, 2015). Dessa forma,

> [...] entende-se o campo brasileiro como local permeado pela vida, por diversidade, seja étnica, etária, social ou econômica, de modo que no mesmo espaço geográfico crianças, jovens e velhos; negros, brancos e pardos; grandes fazendeiros, empresários do agronegócio, pequenos agricultores e lavradores autônomos, se encontrem, a todo tempo, numa infinita interação, mas nem sempre equânime (MARTINS, 2010, p. 85).

A população que reside no rural é definida pelas diferenças nas questões econômicas, estando num polo os grandes latifundiários e os empresários do agronegócio e noutro os pequenos lavradores, meeiros, diaristas. Existem ainda questões culturais que agregam índios, brancos, pardos, negros etc. Existe diferenças

entre o rural e urbano; segundo Landini (2015), o rural refere-se a uma configuração de espaços e à maneira como esses são apropriados pelos seres humanos.

O urbano, no geral, é pertinente a qualquer aglomeração de população que exceda um certo limite quantitativo de habitantes. Dessa maneira, rural e urbano falam da maneira como os sujeitos são e vivem nos territórios. O campo é um espaço plural no qual há divergências, resistências, mas também similitudes, saberes e subjetividades resultantes das características e relações nele desenvolvidas: Populações do campo são caracterizadas por terem seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com a terra.

Entende-se que as subjetividades resultam da internalização das relações sociais e de materiais culturais que são produzidos, sendo que as zonas rurais têm potencial para gerar subjetividades com processos e especificidades que devem ser levados em consideração (LANDINI, 2015). Contudo, quando se trata das questões inerentes à Psicologia, nessa área de formação há uma carência de discussões das temáticas ligadas ao meio rural, sendo necessário que as peculiaridades e a diversidade sociocultural das populações que residem nesse espaço sejam contempladas nos projetos político-pedagógicos dos cursos. A partir das ideias discutidas e considerando que a práxis dos psicólogos rurais, em construção, requer análises e diálogos, o presente artigo tem a intenção de problematizar as contribuições e desafios da Psicologia para a educação em escolas do campo.

Para se falar das contribuições e desafios da Psicologia quanto à educação do campo é interessante entender essa modalidade de ensino. Há estudos que utilizam a terminologia “educação no campo” e outros “educação do campo”. Paulo Netto (2010) esclarece que a expressão educação no campo considera o processo educacional no local em que as pessoas vivem. O termo *educação do campo* assume um significado tomando um sentido de reivindicações pelos diretos das pessoas que vivem nos espaços rurais. Teve início na década de 1980, com o MST e o “Movimento por uma Educação do Campo”, aconteceu no âmbito da I Conferência Nacional de Educação do Campo (CNEC), organizada pelo MST em 1997 (PAULO NETTO, 2010).

A educação do campo pressupõe a luta pela ampliação do direito à educação e à escolarização rural e pela construção de uma escola contextualizada com a política, em que o pedagógico esteja vinculado às questões históricas, culturais e às causas sociais e humanas dos sujeitos em seu espaço de convivência. “O projeto educativo incorpora e não exclui as experiências de vida, de trabalho e de cultura,

articulando-os com os conhecimentos necessários à compreensão da própria realidade" (PIANOVSKI, 2017, p. 115).

O diálogo em torno da educação do campo abarca;

> Conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam camponeses, incluindo quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (KOLLING *et al*., 1999, p. 26).

Por isso, a importância de o currículo das escolas do campo contemplar as particularidades da sua comunidade na articulação com as questões globais, devendo estar voltado para seu desenvolvimento mediante formação científica para a superação das desigualdades sociais e econômicas, assim como de uma sociedade justa, que deverá respeitar a cultura do campo, os tempos e ritmos dos sujeitos que o habitam.

No contexto de educação do campo "[...] se espera engajamento político e social, que eles lutem contra as barreiras pedagógicas, estruturais e políticas para que, de fato, considere-se o entendimento da realidade do campo" (SUESS *et al.*, 2014, p. 7). Para isso, é importante que a formação docente tenha base teórica crítica, visando contribuir para a superação dos desafios das escolas do campo, sobretudo em classes multisseriadas.

Estudos e atuações da Psicologia no contexto rural ainda são escassos. Assim, é preciso

> Um corpo organizado de conhecimentos que situe as várias discussões envolvendo aspectos teóricos, metodológicos e analíticos dos estudos rurais, no sentido de qualificar o olhar e atuações profissionais dos(as) psicólogos(as) que atuam nessas realidades" (SILVA; MACEDO, 2017, p. 816).

E é pertinente "[...] incluir as temáticas relativas ao meio rural como tema transversal no decorrer da graduação" (MARTINS, 2010, p. 94). Diferentemente de Martins (2010), que não advogou como necessária uma psicologia rural, Landini (2015) pontuou como relevante o uso apropriado do conhecimento psicológico em contextos rurais.

A psicologia rural vai de encontro ao distanciamento histórico da Psicologia como ciência e profissão das demandas das populações do campo, uma vez que ela

teve e ainda tem seu olhar voltado às questões urbanas, as quais tornam as peculiaridades rurais invisíveis. A psicologia rural deve ser entendida como um motor de pensamento, um espaço de tensão que não permite aos psicólogos esquecer ou invisibilizar as populações rurais e suas especificidades. Em particular, proponho pensar a psicologia rural não como uma subdisciplina psicológica, mas como um "campo de problemas" em que a psicologia e a ruralidade são articuladas. Ou seja, como um conjunto de questões, problemas ou fatos para os quais é relevante considerar tanto sua dimensão rural quanto sua dimensão psicológica ou psicossocial, pois sem a consideração de uma delas nossa possibilidade de compreensão e/ou intervenção seria limitada.

Vista dessa maneira, a psicologia rural aparece como um espaço flexível, plural, diversificado e estimulante, que não precisa estabelecer limites ou arestas para se opor a outros espaços. Neste contexto, a inclusão de um fato ou problema no campo da psicologia rural será pautada simplesmente pela percepção dos atores envolvidos (psicólogos e/ou populações) em relação à sua abordagem deve incluir tanto a consideração da dimensão psicológica como o meio rural (LANDINI, 2015). Nesse caso, não se pode negar a especificidade da psicologia rural como um possível campo para atuação do psicólogo. Além disso, a psicologia rural avança quanto ao que "[...] tradicionalmente tem-se pensado a atuação da Psicologia nos contextos rurais a partir das referências do urbano, limitando as possibilidades de atuar eficazmente nesse contexto" (NASCIMENTO *et al*., 2018, p. 50).

A psicologia rural, como um campo de problemas que articula a psicologia e a ruralidade, abrange temas como: as feiras de agricultura familiar e seu impacto subjetivo; a relação entre técnicos e produtores no contexto da extensão rural, assim como das pessoas com o ambiente material rural; as relações de gênero e a violência familiar no meio rural; a dinâmica do uso de dinheiro em famílias de agricultores e o vínculo entre profissionais de saúde e comunidades rurais podem ser considerados. São relevantes, também, o uso e/ou adaptação do conhecimento gerado em contextos urbanos às áreas rurais como a prática da psicoterapia ou a atenção dos problemas de aprendizagem nas escolas rurais (LANDINI, 2015).

Silva e Macedo (2017) colocaram como necessária a inclusão e avanço no saber-fazer psicológico no meio as ruralidades, considerando temas como: relações de gênero e de gerações; modos de subjetivação, processos psicossociais e identitários; processos sociais e culturais; concentração fundiária; lutas sociais e a

questão da terra; movimentos sociais rurais; processos sociais na transformação da realidade agrária; organizações sociais de classe; diferentes matrizes teóricas que refletem sobre a diversidade do campesinato; contradições do modelo produtivista de modernização da agricultura; multifuncionalidade da agricultura familiar; categorias: infância, adolescência, juventude e velhice; sexualidades; violências; drogas; famílias rurais; pobreza rural; religião; desenvolvimento rural sustentável; processos de assistência técnica e de extensão rural. Mesmo existindo lacunas, há investimento de práticas, estudos e pesquisas na área da Psicologia em contextos rurais brasileiros.

Observou-se, em alguns estudos, que os temas abordados incluem aspectos metodológicos da pesquisa, assim como saúde, políticas públicas e educação a saber: identificação das formas de aproximação, inserção e atuação de psicólogas/os em contextos rurais (SILVA; MACEDO, 2017); discussão das estratégias metodológicas adotadas em uma pesquisa em assentamentos rurais e os desafios encontrados nas investigações realizadas nesses contextos (DANTAS et al, 2018); discussão sobre pesquisa e atuação da Psicologia na cidade e no campo, a partir da contribuição do conceito de espaço para a pesquisa nessa área e localidades, como possibilidade de melhor avaliar a contribuição da Psicologia para o conhecimento da constituição subjetiva das pessoas nos contextos rurais e urbanos (SILVA, 2017); psicologia política e ruralidades, em estudos disponíveis na revista Política Pública (HUR; CALEGARE, 2016); reflexão sobre a experiência da formação e atuação das (os) residentes de psicologia inseridas(os) na Residência Multiprofissional em Saúde do Campo (NASCIMENTO *et al*., 2018); análises de textos da obra *Educação Rural*, de Helena Antipoff, na área de Psicologia e Educação no Brasil, com o objetivo de refletir sobre as compreensões de rural, escola e educação presentes nesse livro (MARTINS *et al.,* 2011); apresentação dos pressupostos básicos da psicologia histórico-cultural, tendo em vista elucidar suas contribuições para a educação do campo (MARTINS, 2014); foi realizada uma análise do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, em relação aos determinantes externos e internos que contribuem para concretizar a vivência das escolas multisseriadas, considerando as contribuições da psicologia histórico-cultural e pedagogia histórico crítica (PIANOVSKI, 2017). A partir desses estudos, observam-se avanços, ainda que tímidos, na área da psicologia rural.

A atuação em contextos rurais requer apropriação/conhecer os determinantes históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais da comunidade e suas demandas, assim será possível “[...] contribuir para a construção de espaços que favoreçam o

exercício da cidadania, a partir do estabelecimento de posturas dialógicas, cooperativas e problematizadoras" (DANTAS *et al*., 2018, p. 9).

A Psicologia ainda precisa realizar investimentos na área da Educação do Campo, haja vista que tem condições de contribuir através da problematização de conhecimentos da psicologia da educação, psicologia escolar e psicologia rural. Assim, poderá direcionar ações voltadas para a formação continuada de professores, abraçando temas oriundos das demandas do contexto da escola, incluindo o planejamento pedagógico, as metodologias de ensino, a realização de articulação para interação família escola, dentre outros. Aponta-se como relevante a adoção de abordagens teóricas críticas, a exemplo da psicologia sócio-histórica cultural, que compreende indivíduo e sociedade na sua relação a partir dos elementos sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos, considerando tais aspectos em sua totalidade, contradição, mediação e superação.

5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Chegamos ao final desta produção, na qual houve a observação e análise sistemática dos artigos produzidos pela psicologia sobre os contextos rurais e sobre a psicologia rural. O enfoque do trabalho foi compreender como a psicologia entende o rural, como chega até esses espaços e quais foram as principais temáticas discutidas durante o período de recorte desta pesquisa, que foi de 2016 a 2021. Os resultados obtidos foram a partir da leitura na integra dos artigos selecionados e de uma análise sistemática dos mesmos.

Foi possível perceber o impacto histórico da psicologia ter chegado no Brasil em prol das elites e de um grupo da sociedade restrito, pois quando os profissionais de psicologia iniciam a atuação no contexto rural sofrem com a falta de embasamento teórico e metodológico, responsabilidade concebida à formação acadêmica ainda muito escassa no tocante à aplicação da psicologia em contextos rurais que fujam a lógica clínica. A viabilização e a aplicação das políticas públicas, devem ser conhecimento entendido pelos profissionais da psicologia com o principal intuito de promover práticas críticas que não desconsiderem o contexto no qual os indivíduos estão inseridos, visto que a psicologia entra no meio rural justamente através da efetivação das políticas públicas e de serviços de assistência social.

Durante esta produção também foi possível observar como os artigos buscam sempre um viés esclarecedor sobre as particularidades da atuação em contextos rurais, visto que é de fato algo a ser pensado, pois não é possível falar em um único rural. Pensar a psicologia rural a partir de uma concepção engessada ou entender que o rural é um espaço de atrasos, é proliferar preconceitos. O compromisso social da psicologia deve ser justamente o contrário; é dever da psicologia prestar serviços que promovam a emancipação dos usuários e a garantia de direitos dos mesmos.

O estudo sobre as produções cientificas da psicologia em contextos rurais e sobre a psicologia rural foi capaz de demostrar quais são as principais temáticas de interesse. Ainda há muito a ser pensado quanto a psicologia rural e os contextos rurais, sendo ainda necessária a ruptura de muitos paradigmas quanto à questão, mas de forma muito necessária a psicologia deve continuar atingindo esses espaços.

Ao longo da elaboração deste trabalho também ficou evidente a lacuna existente da psicologia na assistência social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALENCAR, A. B. *et al.* Implicações da seca na vida de moradores da zona rural do Nordeste. **Avances en Psicologia Latinoamericana**, Bogotá, v. 34, n. 1, p. 117-128, 2016.

ALVAIDES, N. K.; SCOPINHO, R. A. De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 288-297, 2013.

ARAÚJO, J. N. G. *et al.* Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 389-406, 2013.

BERNARDES, J. S. A formação em psicologia após 50 anos do primeiro currículo nacional da psicologia – alguns desafios atuais. **Psicologia**: ciência e profissão**,** v. 32, num. esp., p. 216-231.

BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. *In:* BOCK, A. M. B (org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 315-329

BOMFIM, Z. A. C (org.). **Os jardins da Psicologia Comunitária**. Fortaleza: PROEX UFC, 1999.

BONOMO, M.; SOUZA, L. Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 31, n. 2, p. 402-418, 2013.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. **Psic**.:Teor. e Pesq., Brasília, v. 32, n. 3, p. 01-09, 2016.

CIRILO NETO, M.; DIMENSTEIN, M. Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n.1, p. 21-69, 2017.

COELHO, M. **Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Atuação dos psicólogos no CREAS e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS (Relatório descritivo preliminar de pesquisa)**. Brasília, DF, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009**: Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2009.

COSTA-FERNANDEZ, E.; MUNOZ, C. A. B. Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural. **Fractal**, v. 31, n. 1, p. 35-42, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i1/5581. Acesso em: 3 abr. 2022.

DANTAS, C. M. B. *et al*. A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477. Acesso em: 3 abr. 2022.

DIMENSTEIN, M. *et al.* Iniquidades Sociais e Saúde Mental no Meio Rural. **Psico-USF**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 541-553, dez. 2017.

DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. Estratégias de cuidado e suporte em saúde mental entre mulheres assentadas. **Revista Colombiana de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 13-28, 2015.

FERNANDES, I. Dialética da Instrumentalidade: abordagem grupal e familiar na perspectiva da Assistência Social. *In:* MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B (org.). **Capacitação sobre PNAS e SUAS**: no caminho da implantação. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006. p. 135-151.

FERNANDES, S. L. *et al.* Psicologia e ruralidades: pesquisas e intervenções em Contextos rurais*. In:* CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA DA UEM (VI CIPSI), 6., 2015, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM. Disponível em: http://cipsi.vwi.com.br/anais/publicacoes/modalidade/1. Acesso em: 10 jun. 2022

GASPAROTTO, G. P. **Desigualdades e Resistências**: Avanços, Contradições e Desafios para a garantia das seguranças do SUAS pela proteção social especial. 2013. Dissertação de Mestrado (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013

GOMES, R. de C. M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016.

GUZZO, R. S. L. Apresentação. *In:* ACCORSSI, A. B. S. *et al.* (ed.). **Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia.** Florianópolis, 2015. p. 380-410

HAMMOND, S.; SMITH, J. A. **Métodos de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In:* CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social**: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009. p. 32 – 72.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

JÚNIOR PEREIRA, M. G. **A atuação da psicologia no suas: um enfoque no creas, em seus desafios e potencialidades**. Curitiba: CRV, 2014.

LANDINI, F. La noción de psicologia rural y sus desafios en el contexto latinoamericano. *In:* LANDINI, F (org.). **Hacia una Psicología Rural Latinoamericana***.* Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 21 – 35.

LANDINI, F. Concepção da "extensão rural" dos extensionistas rurais argentinos que trabalham no sistema público nacional com pequenos produtores. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 12, n. 75, p. 33-53, 2015.

LEÃO, S. M.; OLIVEIRA, I. M. F. F.; CARVALHO, D. B. O Psicólogo no campo do bem-estar social: Atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, n. 3, p. 97-120, dez. 2019.

MACEDO, D. X. S. *et al*. Caracterização dos acidentes com máquinas agrícolas em rodovias federais no estado do Rio Grande do Sul. **Ciência Rural**, v. 45, p. 43-46, 2015.

MACEDO, J. P. S.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS. C. A formação em psicologia para a atuação em contextos rurais. *In:* LEITE, J. F.; DIMENSTEIN; M. (org.). **Psicologia e contextos rurais***.* Natal: EDUFRN, 2013. p. 815-830.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**1997, v. 2, n. 1, p. 7-27, 26 jun. 2022.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação*. In:* GUZZO, R. S. L; LACERDA JR, F. **Psicologia Social para a América Latina:** o resgate da Psicologia da Libertação. São Paulo: Alínea, 2009. p. 189-190.

MARTINS, A. M. A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicologia**: ensino & formação, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2010

MENANDRO, M. C.; TRINDADE, Z. A. Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. **Psicologia:** ciência e profissão, v. 31, n. 4, p. 676-689, 2011.

NASCIMENTO JUNIOR, J. R. A. *et al.* Coesão de grupo em equipes adultas de voleibol do estado do Paraná. **Psicol. teor. prat**, v. 15, n.1, p.105-115, 2013.

NETTO, J. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, v. *2*, n. 3, 2001.

OLIVEIRA, K. S. A. de. *et al*. O lugar do rural e da ruralidade na conferência estadual de assistência social do RN. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 920-938, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677116820170003000 09&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 abr. 2022.

PIZZINATO, A. *et al*. Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 473-483, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p473. Acesso em: 3 abr. 2022.

PIZZINATO, A. *et al*. Psicologia política e ruralidades na américa latina. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 285-286, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 abr. 2022.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In:* CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABPESS, 2009. p. 11-43

SCARPARO, H; GUARESCHI, N**.** Estratégias de ação comunitária e mudança social: relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação. **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Campinas, v. 22, n. 3, p. 541-553, dez. 2008.

SCARPARO, H; GUARESCHI, N. Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (social) comunitária – Práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 1960 a 1990 no Brasil. *In:* CAMPOS, R. H. F (org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 100-108.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia*.* **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107. 2004. p. 109-135.

SILVA, C. L. da. **Concepção histórico-cultural do cérebro na obra de Vigotski**. 2012. 275f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, K. de B.; MACEDO, J. P. Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 146-154, jul./dez. 2017b.

SILVA, K. de B.; MACEDO, J. P. Psicologia e a questão agrária no Brasil: novos desafios para a profissão. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-27, abr. 2021. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983822020210001000 13&lng=es&nrm=.pf. Acesso em: 3 abr. 2022.

SILVA, K. de B.; MACEDO, J. P. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 815-830, 2017a.

SPEROTTO, N. **Instrumentalidade do Serviço Social**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

SPINK, M. J. P.; SPINK, P. K. A psicologia social na atualidade. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. *et al.* (org.), **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro. 2015. p. 565-586.

SPINK, P. K. Psicologia social e políticas públicas: linguagens de ação na era dos direitos. *In*: MARQUES, E.; FARIAS, C.A. (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 155-180.

SUESS, R. C; SOBRINHO, H. C.; BEZERRA, R. G. Educação no/do campo: desafios e perspectivas de uma escola no campo localizada no Distrito Federal. **Cad. Pes.**, São Luís, v. 21, n. 1, jan./abr. 2014.

OLIVEIRA, K. S. A. de. *et al*. O lugar do rural e da ruralidade na conferência estadual de assistência social do RN. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 920-938, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677116820170003000 09&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 abr. 2022.

PIZZINATO, A. *et al*. Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 473-483, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p473. Acesso em: 3 abr. 2022.

PIZZINATO, A. *et al*. Psicologia política e ruralidades na américa latina. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 285-286, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 abr. 2022.

SCARPARO, H; GUARESCHI, N. Estratégias de ação comunitária e mudança social: relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação. **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Campinas, v. 22, n. 3, dez. 2008. p. 541-553.

SCARPARO, H; GUARESCHI, N. Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (social) comunitária – Práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 1960 à 1990 no Brasil. *In:* CAMPOS, R. H. F (org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 100-108

SILVA, C. L. da. **Concepção histórico-cultural do cérebro na obra de Vigotski**. 2012. 275f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, K. de B.; MACEDO, J. P. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 815-830, 2017.

SILVA, K. de B.; MACEDO, J. P. Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 146-154, jul./dez. 2017.

SILVA, K. de B.; MACEDO, J. P. Psicologia e a questão agrária no Brasil: novos desafios para a profissão. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-27, abr. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202021000100013&lng=es&nrm=.pf. Acesso em: 3 abr. 2022.

SPINK, M. J. P.; SPINK, P. K. A psicologia social na atualidade. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. *et al.* (org.), **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: [s.d.]. 2015. p. 565-586.

SPINK, P. K. Psicologia social e políticas públicas: linguagens de ação na era dos direitos. *In*: MARQUES, E.; FARIAS, C.A. (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 155-180.

SUESS, R. C; SOBRINHO, H. C.; BEZERRA, R. G. Educação no/do campo: desafios e perspectivas de uma escola no campo localizada no Distrito Federal. **Cad. Pes.**, São Luís, v. 21, n. 1, jan./abr. 2014.

SPEROTTO, Neila. **Instrumentalidade do Serviço Social**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009. RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABPESS, 2009. p.25-54

SUESS, R. C; SOBRINHO, H. de C.; BEZERRA, R. G. Educação no/do campo: desafios e perspectivas de uma escola no campo localizada no Distrito Federal. **Cad. Pes.**, São Luís, v. 21, n. 1, jan./abr. 2014.

WANDERLEY, M. A valorização da agricultura familiar e a análise da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 2, p.29-37, jul./dez., 2000.

XIMENES, V. M. *et al*. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 2, pp. 146-156, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160015. Acesso em: 3 abr. 2022.